



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

BRUNA GARCIA FILICE DE BARROS

**O DEBATE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL
EM SERVIÇO SOCIAL**

BRASÍLIA-DF

2025

BRUNA GARCIA FILICE DE BARROS
(200015532)

**O DEBATE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL
EM SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Serviço Social, SER, da
Universidade de Brasília como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharela em Serviço
Social.

Orientadora: Prof. Dra. Michelly Ferreira Monteiro
Elias.

BRASÍLIA – DF

RESUMO

Este trabalho tem como intuito analisar a incorporação dos “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” elaborado pela ABEPSS em 2018 Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Serviço Social das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) filiadas a Associação Brasileira de Ensino (ABEPSS). Os objetivos específicos são: refletir sobre a importância das categorias “raça”, “cor” e “etnia”, dentro do contexto sócio histórico brasileiro e do serviço social; analisar se as recomendações feitas pelo documento “Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social” lançado pela ABEPSS em 2018 foram implementadas nos PPC’s após o ano de 2016; investigar a literatura básica da estrutura curricular dos cursos selecionados se a questão racial está evidenciadas, sempre que possível na interseccionalidade com gênero, classe e geração. A pesquisa, de natureza qualitativa, utilizou seis currículos como grupo amostral. Os critérios de seleção para a escolha dos cursos foram: Projeto Político Pedagógico reformulado mais recentemente, ser uma instituição pública de ensino e em caso de currículos do mesmo ano o critério de escolha foi o curso mais antigo. A partir dos descritores de busca “raça”, “etnia”, “racismo” e “questão étnico-racial” foram analisadas as ementas de cada disciplina da matriz curricular, seus respectivos títulos e a qual núcleo de formação pertenciam, bem como sua disposição na grade curricular em relação às disciplinas de estágio. O conjunto analisado abrangeu seis UFAs, uma por regional (Sul I e Sul II, Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Leste): UNIOESTE, UNIFESP, UFG, UFJF, UERN e UFT. Buscou-se avaliar em que medida as sugestões feitas pela entidade, ABEPSS, têm sido incorporadas aos currículos e quais os avanços e desafios inerentes à temática na formação profissional. As análises se fundamentam e articulam a partir da construção das categorias de raça e etnia, o conceito de formação social brasileira e fundamentos da formação profissional em Serviço Social. Os resultados da pesquisa apontam que há mudanças pontuais de inserção da temática em alguns dos currículos mais recentes, mas que ainda é bastante incipiente. E que esta temática, de modo geral, ainda não é centralizada e transversalizada dentro dos currículos. Apesar disso, algumas experiências demonstram maior comprometimento com uma formação e educação antirracista, o que pode nos servir de bússola para maiores avanços.

Palavras-Chave: Raça, racismo, questão étnico-racial, formação profissional, Serviço Social.

*Para minha mãe e minhas avós, de quem herdei
os sonhos de liberdade.*

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus pais. Meu pai, Gustavo Filice de Barros, por ter sempre me dado a chance de errar e tentar de novo, à minha mãe, Renísia Cristina Garcia Filice, por ter sempre me incentivado e me provocado a seguir adiante e ser uma mulher livre, bonita e inteligente.

Aos meus pais que trabalharam incessantemente para que eu e meus irmãos pudéssemos nos dedicar integralmente à nossa formação. Obrigada mãe e pai, por tamanho suporte emocional, intelectual e material. Me sinto absolutamente grata e amada por vocês. Vocês são o chão e o ar que possibilitam a existência desse trabalho. Obrigada por serem pais excepcionais e orientadores maravilhosos cheios de sapiência e boas contribuições. Por terem desde sempre alimentado minha verve de conhecimento e senso crítico, por terem possibilitado esse mergulho profundo que é a educação.

Obrigada, mãe, por ser uma intelectual dedicada, uma mãe amorosa e uma incrível mulher.

Obrigado, pai, pela presença, amorosidade e disposição.

Aos meus irmãos que dividem uma vida comigo, Guilherme Garcia Filice de Barros e Gabriel Garcia Filice de Barros, sou grata.

Aos meus tios Artur e Anneco, *papa et maman*, je vous remercie énormément pour me donner la chance d'augmenter mon horizon. Ao tio Nelson pelas trocas gentis.

Às minhas amigas/irmãs, Paula, infinitamente disposta a ser uma amiga impecável, presente, sensível e amorosa, obrigada por matar minha fome e minha sede, amiga. À Sofia, com todo seu mistério e segredo, me nutre das coisas mais especiais que existem entre o céu e a terra. À Nara, incrivelmente livre e desejosa me enche de vitalidade e juventude. À Malu, que me inspira com todo seu fôlego, disciplina e criticidade. Obrigada, minhas amigas, por me verem com tamanha compaixão e amorosidade e me ensinarem a endurecer sem perder a ternura.

Aos meus amigos de curso Ravi e Ádila, que facilitaram em tudo. Amiga Ádila, te agradeço pelo caminho e por melanizar tudo que te toca, desde que te conheci pude enegrecer o mundo e ver estrelas mais brilhantes.

Ao Ma, meu amigue que me acompanha nessa jornada de vida há tantos anos e me mostra o caminho da paz.

À Juju por sua incontornável doçura.

À minha orientadora, Michelly, pelo processo afetuoso, calmo e confiante.

Ao grupo do PET Saúde e Equidade, ao Pedagoginga e ao professor Wanderson Flor e à disciplina de filosofia africana.

À minha avó, Zilá Filice de Barros, *in memoriam*, porque todas as vezes que ouço Maysa e como bolo de laranja com cobertura de chocolate me lembro de você.

Por fim, à minha avó, Maria Aparecida Alves Garcia, matriarca viva. Vó, seus esforços deram frutos. Hoje sou uma mulher formada e estudada em uma Universidade Federal, assim como minha mãe. Você tinha razão, a educação mudaria nossas vidas.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

UFA - Unidade de Formação Acadêmica

PPP - Projeto Político Pedagógico

PPC - Projeto Político Pedagógico do Curso

UNISINOS - Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos

PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul

UNIPAMPA - Universidade Federal Do Pampa

UFRGS - Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul

UFSC - Universidade Federal De Santa Catarina

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UEL - Universidade Estadual De Londrina

UEM - Universidade Estadual de Maringá

UFSM - Universidade Federal De Santa Maria

PUC-CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UFG - Universidade Federal de Goiás

PUC-GO - Pontifícia Universidade Católica de Goiás

UNB - Universidade de Brasília

UFAL - Universidade Federal de Alagoas- Maceió

UFRB - Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UECE - Universidade do Estado do Ceará

IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Fac. de Serviço Social
Campus Iguatu

UEPB - Universidade Federal da Paraíba

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS - Universidade Federal De Sergipe

UERN - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFPA - Universidade Federal Do Pará

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UNITINS - Universidade Estadual do Tocantins

UERR - Universidade Estadual de Roraima

UFES - Universidade Federal Do Espírito Santo

UFJF - Universidade Federal de Juiz De Fora

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UFF - Universidade Federal Fluminense (UFF Niteroi, Campus, Rio das Ostras)

EMESCAM - Escola Superior De Ciências da Santa Casa de Misericórdia De Vitória

UERJ - Universidade do Estado do Rio De Janeiro

UFRJ - Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ)

PUC-RJ - Pontifícia Universidade Católica Do Rio do Janeiro (PUC-RJ)

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

PUC-MG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

UFU - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

UFVJM - Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Sumário

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I: QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL16

1.1 Conceitos de raça e etnia na perspectiva crítica17

1.2 Breves apontamentos sobre a questão étnico-racial na formação social brasileira23

CAPÍTULO II: FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL.....31

2.1 Principais aspectos do atual Projeto de Formação Profissional em Serviço Social na atualidade32

2.2 A centralidade do debate étnico-racial na formação profissional e sua relação com os subsídios da ABEPSS lançado em 2018.....39

CAPÍTULO III: DESAFIOS E PERSPECTIVAS ACERCA DO DEBATE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.....49

3.1 Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social das regionais da ABEPSS e sua relação com o debate da questão étnico-racial50

3.2 Avanços e limites do debate étnico-racial na formação em Serviço Social: uma análise a partir dos Projetos Pedagógicos pesquisados64

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....69

REFERÊNCIAS.....71

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social aborda a inserção da temática étnico-racial nos currículos de formação profissional, tendo como referência o documento lançado em 2018 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), intitulado “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”.

Alguns dos questionamentos que nos conduziram ao problema central, que é, **“A incorporação dos subsídios da ABEPSS de 2018 para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Serviço Social”**, surge das reflexões acerca da problematização e adensamento da discussão sobre a centralidade da questão étnico-racial na formação em Serviço Social e a importância de torná-la imprescindível no interior da formação profissional.

O objetivo geral foi analisar a incorporação dos subsídios da ABEPSS para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social, tendo como referência os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Serviço Social das Regionais da ABEPSS. Os objetivos específicos buscam: refletir sobre a importância das categorias “raça”, “cor” e “etnia”, dentro do contexto sócio histórico brasileiro e do serviço social; analisar se as recomendações feitas pelo documento “Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social” lançado pela ABEPSS em 2018 foram implementadas nos PPC’s após o ano de 2016; investigar a literatura básica da estrutura curricular dos cursos selecionados se a questão racial está evidenciadas, sempre que possível na interseccionalidade com gênero, classe e geração.

Esta pesquisa decorre do desdobramento de um artigo elaborado no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde e Equidade), o qual investigou a inserção da temática étnico-racial nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e confirmou a percepção empírica acerca da incipiência desse debate na formação em Serviço Social na Universidade de Brasília, sendo o que também foi constatado nos demais cursos analisados por este estudo. Ademais, a pesquisa parte de motivações pessoais cultivadas ao longo da vida e da graduação, muito inclinadas à temática racial e de gênero.

Diante dessas experiências formativas e da constatação inicial da incipiência do debate étnico-racial nos PPCs analisados, evidenciou-se ainda a pouca presença desse debate no interior da formação em Serviço Social o que motivou a ampliação do número de PPCs

analisados. Dessa forma, tornou-se necessário delimitar o objeto de estudo do ponto de vista metodológico e estabelecer critérios que orientaram a seleção dos cursos a serem examinados, de modo a permitir uma análise mais consistente e representativa da formação profissional em âmbito nacional, mas que fossem cabíveis dentro de um trabalho de conclusão de curso.

Esta pesquisa é de caráter qualitativo, fundamentada na teoria crítica marxista e na perspectiva da interseccionalidade. A busca pelos PPCs foi realizada nos sites das universidades filiadas à ABEPSS, seguindo os seguintes critérios: selecionar o PPC mais recentemente revisado dentre as instituições de cada regional; e incluir apenas instituições de ensino públicas. Acrescentou-se ainda um critério complementar: caso duas ou mais universidades de uma mesma regional tivessem PPCs reformulados no mesmo ano, seria selecionado para o grupo amostral o curso mais antigo.

Foram analisados nos PPCs as ementas das disciplinas a partir dos descritores “raça”, “etnia”, “questão étnico-racial” e “racismo”.

A pesquisa tem como principal referencial os conceitos de questão étnico-racial, formação social brasileira e formação em serviço social. Partindo do documento que instrumentaliza esta pesquisa “Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social”, publicado pela ABEPSS em 2018, este serve como embasamento teórico-político para a implementação de conceitos e definições relacionados à questão étnico-racial no campo do Serviço Social.

Portanto no primeiro capítulo é situado em como foram conceituadas as categorias de raça e etnia no Brasil. A partir da visão de intelectuais já consolidadas na academia e nos movimentos sociais, que tratam da construção das identidades brancas e não-brancas alicerçadas em diferentes constructos históricos que implicam no sujeito individual e coletivo. À exemplo Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Kabengele Munanga e Octavio Ianni.

Entende-se, então, que os conceitos de raça e etnia são categorias consolidadas no Brasil a partir do longo processo de conceituação que parte dos movimentos negros e indígenas e que seguem parâmetros das ciências sociais e humanas constituindo-se a partir do acúmulo sócio-histórico bases que fundamentam e embasam políticas públicas de reparação para grupos identitariamente e materialmente minorizados e vulnerabilizados.

Apesar de haver essa compreensão do processo de conceituação de negros e indígenas desde da perspectiva de historicização e das diferentes forças que moldaram essas identidades, tanto interpessoais como estruturais e produtivas, em se tratando de categorias construídas socialmente postas, reafirmar o entendimento de raça e etnia a partir destes

autores e dessas reflexões que seguem parâmetros não apenas arbitrários de como o sujeito se identifica, mas como é identificado socialmente desde os períodos coloniais, torna-se importante, já que, ainda que seja consolidado, as disputas não cessam. E não necessariamente devem cessar, mas devem ser honestas com tudo que se construiu antes.

Ainda no capítulo I, trata-se do conceito de formação social brasileira e a questão étnico-racial.

O conceito de formação social, construído a partir dos pressupostos marxistas, é buscado neste trabalho no intuito de compreender as imbricações do modo de produção e sua fundamentação primária e irrevogavelmente racial, que determina a “questão social”. sobretudo no Brasil, .

Neste sentido, desdobram-se outros conceitos importantes como colonialidade, interseccionalidade e capitalismo dependente, que nos ajudam a compreender como o objeto de atuação do Serviço Social, a “questão social” é estruturada pela questão étnico-racial.

Deste modo, alguns autores, como Mário Theodoro, Florestan Fernandes e Clóvis Moura nos ajudam a compreender a constituição racial de um país profundamente desigual e assimétrico.

O capítulo II busca aprofundar-se mais sobre o próprio Serviço Social e o Projeto de Formação na atualidade, as demandas emergentes pós-pandemia, o acirramento e radicalização da extrema-direita, as demandas dos movimentos sociais e consequentemente dos discentes, a precarização do trabalho.

Retoma-se um pouco sobre o direcionamento do curso, a construção do projeto de formação do Serviço Social, as dimensões, os núcleos estruturantes, a compreensão de onde o/a assistente social atua, o projeto ético-político, bem como nosso código de ética. Assim, é a partir desses pontos cruciais que compreendemos a centralidade da discussão étnico-racial no curso, como já referido, profundamente relacionada ao objeto de intervenção do Serviço Social.

A articulação entre autores vanguardistas do curso como Yamamoto e Netto, trazem o referencial do que já foi construído e autores do tempo mais recente convocam a uma discussão mais assertiva e eficientes sobre a questão étnico-racial e de gênero, assim como outros atravessamentos e interseções a serem consideradas.

Há neste debate a intenção de questionar sobre a centralidade da questão étnico-racial na formação em Serviço Social e argumentar sobre a importância de torná-la imprescindível no interior da formação profissional.

Diante do caminho feito anteriormente, trazendo os subsídios dos Abepss para o debate étnico-racial, algumas orientações e sugestões de que maneira e quais referenciais teóricos podem ser usados para inserção e abordagem da temática nos cursos, o último capítulo busca analisar se estas orientações foram incorporadas nos PPCs mais recentes.

Isto é, o documento tendo sido lançado em 2018, é possível que cursos com PPC reformulado mais recentemente possam ter assimilado as orientações e transversalizado o debate na formação.

Em vista disso, foram selecionados seis cursos e analisados de acordo com os critérios definidos, por fim, foram analisados os PPCs a partir dos “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”.

Nos termos da pesquisa bibliográfica, utilizaram-se as plataformas Google Search e Scielo para busca de artigos, livros, teses e dissertações que abordavam questões relacionadas ao tema da pesquisa.

Considera-se este estudo relevante pois é esperado que assistentes sociais sejam críticos a realidade em que atuam, compreendam o conceito de “totalidade” e suas interfaces com o racismo. Assim como sejam perspicazes nas análises de conjuntura e saibam identificar situações derivadas da violência racial. É também crucial que a categoria esteja engajada na luta antirracista e na formação de profissionais que não corroborem e endossem práticas racistas em suas práxis e cenários de trabalho.

Torna-se extenuante reiterar evidências óbvias sobre a importância da temática étnico-racial em um país onde a desigualdade racial é histórica e estrutural e sobretudo, mortífera. Em que houve uma chacina em uma favela na cidade do Rio de Janeiro em novembro de 2025, em que sabe-se que a incidência de jovens negros no sócio-educativo é consideravelmente maior (Alma Preta Jornalismo, 2025), bem como também se sabe que a maior parte das usuárias das políticas de assistência são mulheres não-brancas provedoras de famílias monoparentais (Lima, 2014), que a maior parte da categoria de assistentes sociais são mulheres e não são brancas (CFESS, 2022).

Enfim, motivações que justifiquem a importância do tema estão explícitas e acontecem no cotidiano. No que diz respeito a contribuição do trabalho, certamente a provocação de até onde a nossa criticidade tem alcançado e se existem lacunas, como preenchê-las e quais respostas já existem para a pergunta central.

Com base nesse referencial teórico traçado que também é por onde se guiam os subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial da ABEPSS, foram analisados os currículos buscando verificar se a questão étnico-racial ocupa ou não centralidade e

transversalidade na formação em Serviço Social e se tem sido articulada nos três núcleos estruturantes dos currículos.

O intuito dos capítulos que antecedem a análise dos PPCs foi delinear a importância da questão étnico-racial na sociedade brasileira e na perspectiva do Serviço Social que preza pelo conceito de “totalidade” (Behring, 2009) e que portanto, deve compreender a questão étnico-racial não apenas como uma “expressão da questão social” mas um estruturante dela.

Ademais, o trabalho visa adensar a discussão sobre a formação em Serviço Social e contribuir na construção de uma educação antirracista e de assistentes sociais capacitados e alinhados ao compromisso ético-político da profissão que visa a emancipação humana e a luta contra todas as formas de opressão.

CAPÍTULO I: QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL

“Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta.”

- Carolina Maria de Jesus

Neste capítulo começaremos a delinear brevemente os conceitos que subsidiam as proposições e análises que serão feitas no decorrer do trabalho. A começar pelas duas categorias principais de raça e etnia, amparadas por autoras que seguem a tradição feminista negra brasileira, assim como outros renomados sociólogos e antropólogos que muito contribuíram para o debate.

Consideramos fundamental destrinchar essas categorias e buscar insumos sociohistóricos para fundamentá-las tendo em vista que este tema, a racialidade, está em voga e em plena disputa. São momentos complexos do acirramento ídeo-político que implicam diretamente nas categorias que incidem sobre as identidades, que não escapariam dos retrocessos teóricos nem do avanço conservador e neoliberal.

As formas de categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também nos servem como caminhos basilares, já que foram construídas ao longo do tempo a partir das demandas dos movimentos negros e indígenas, calcadas e modificadas muitas vezes pelas disputas e convergências entre movimentos sociais, acadêmicos e instituições. Atualmente, com os dados produzidos a partir das determinações de raça/cor, é possível construir políticas de ações afirmativas.

Adiante seguiremos o debate dialogando entre autoras e autores da decolonialidade e da tradição marxista, compreendendo que para o Serviço Social o materialismo histórico dialético e suas teorias derivadas foram e são muito caras como lente analítica e metodológica de nossa práxis, e entendendo que as intersecções das desigualdade que nos assolam não são apartadas de uma realidade de classes. Portanto, a intenção é incorporar algumas categorias e conceitos que partem de viéses diferentes e que apontam possibilidades de aproximação, não nos limitando ao que se refere como “ecletismo”, tampouco “pós-moderno”, mas a uma aposta de que a pluralidade e a diversidade também alimentam nosso escopo teórico e crítico.

Ademais, o primeiro capítulo tem intuito de partir de uma percepção filosófica e antropológica das relações raciais e ampliar-se para um debate macroscópico no item 1.2, trazendo contextualizações breves, porém importantes, sobre aspectos da racialidade e a formação social brasileira que nos darão elementos para a discussão da formação em Serviço Social e o debate étnico-racial.

Conceito de Raça e Etnia na Perspectiva Crítica

No período recente, discussões sobre algumas categorias construídas pelo movimento negro ao longo de décadas têm sido novamente colocadas em disputa, em razão de uma realidade inflamada pelas redes sociais e pelas condições políticas do momento. Todavia, há um apelo teórico por vezes descomprometido com as razões políticas das agendas socioeconômicas e raciais, que encontra-se muito mais cooptado por discursos neoliberais e individualistas que buscam um pertencimento próprio do que por motivações políticas. Nesse contexto, a categoria “negro” vem sendo tensionada de forma recorrente, a despeito dos estudos anteriores e das conquistas alcançadas pelas gerações mais velhas. Sob a égide de um pertencimento “pardo”, entendido como uma identidade apartada do conceito de “negro”, algumas correntes teóricas têm resgatado uma narrativa já conhecida e a apresentado como um grande avanço racial. Entretanto, essa retomada revela, na realidade, uma dificuldade de compreensão histórica entre o sujeito político e o sujeito individual. Essa concepção se assemelha, em grande medida, à perspectiva freyriana — isto é, de Gilberto Freyre — que, ao interpretar a miscigenação brasileira, contribuiu para a consolidação do mito da democracia racial ¹. Tal visão desconsidera o processo histórico e violento de embranquecimento no Brasil e seus desdobramentos para a constituição da identidade racial no país.

Compreendendo que a racialidade, enquanto concepção sociológica, histórica e cultural, não está dada a priori, e sua mudança pode comprometer o avanço das políticas públicas e ações afirmativas no Brasil para grupos não-brancos, em específico, negros, e inclusive por conta do próprio tema desta pesquisa, faz-se necessário localizar, neste trabalho, como se entendem e defendem as categorias que emergem da questão étnico-racial.

Bem como, Nego Bispo (2007) traz em seu livro “Colonização, Quilombos, modos e significados” o conceito de “guerra das denominações” nomear-nos e nomear a branquitude ou “povos da mercadoria” como se refere Davi Kopenawa (2010) em seu livro “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami”, é parte de um processo de resistência. Desta maneira, reafirmarmos a existência de um grupo social e político, abre-se a possibilidade para a formulação de políticas voltadas ao bem-viver, à dignidade e emancipação de todos os povos.

Nessa mesma perspectiva, Ianni (2004) afirma que raça não é uma condição biológica (...), e sim uma condição social (...) criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e processos de dominação e apropriação. Seyferth (2002) parece ter a mesma compreensão acerca da ideia de raça. Para ela, raça foi uma

invenção desenvolvida para interpretar a história das nações e, a partir do século XX, “foi transformada num conceito biológico contaminado por questões políticas, jogando com a ideia do antagonismo inato entre raças diferentes” (Seyferth, 2002)

Em termos da diferenciação de raça e etnia Munanga em palestra proferida na Universidade de São Paulo, diz (Munanga, 2004, p.12) diz “etnia é um conjunto de indivíduos que têm em comum a ancestralidade, a língua, a religião ou cosmovisão, a cultura, morando geograficamente num mesmo território”. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, os conceitos de raça/cor são: i) **Amarelo** se refere à pessoa que se declara de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana. ii) **Indígena** é a pessoa que se declara indígena, seja as que vivem em aldeias como as que vivem fora delas, inclusive em áreas quilombolas e em cidades. iii) **Branco** é quem se declara branco e possui características físicas historicamente associadas às populações europeias. iv) **Pardo** se refere a quem se declara pardo e possui miscigenação de raças com predomínio de traços negros. v) **Preto** é a pessoa que se declara preta e possui características físicas que indicam ascendência predominantemente africana.

Conforme diz Oliveira, raça e cor se configuram de modos distintos “Cabe ressaltar, no entanto, que preto é cor e negro é raça” (Oliveira, 2004, p.58). Assim, compreende-se que raça é a categoria sócio-histórica construída a partir da determinação de cor, onde se entende que as condições as quais pessoas negras de pele clara e negras de pele escura se aproximam na experiência de países e territórios colonizados onde o referencial de poder e universalidade são pessoas brancas, bem como aponta e justifica Sueli Carneiro (2023) em “Dispositivo de Racialidade”.

É sabido, no entanto, que as categorias de raça/cor conhecidas e construídas na modernidade foram concebidas por via de um processo colonizador, e que ao longo da história já se modificaram inúmeras vezes por demanda e conquista de lutas e movimentos sociais ou por denominação e dominação do grupo racial hegemônico, que no ocidente, lê-se branquitude.

O que se entende a partir dos estudos sobretudo das feministas negras como este grupo hegemônico, segundo Laborne (2014), é que há uma diferença substancial entre brancura, branquidade e branquitude, sendo brancura condição da pessoa branca, branquidade o processo de subjetivação do “eu” branco por meio da negação do “outro”, a partir de uma perspectiva de outridade em que a alteridade se dá pela negação deste “outro” não-branco e positivação do sujeito branco, logo permeada de uma identidade racista e supremacista. Enquanto branquitude é caracterizada como grupo social que por meio de um aparato

simbólico e material exerce domínio sobre outros grupos étnicos e raciais, embora ela defenda que haja maneira de tornar-se uma branquitude crítica e que repense sua branquitude.

A branquitude é entendida aqui como um modo de comportamento social, a partir de uma situação estruturada de poder, baseada numa racialidade neutra, não nomeada, mas sustentada pelos privilégios sociais continuamente experimentados. Assim, observa-se que a branquitude enquanto esse lugar de poder articula-se nas instituições (universidades, empresas, organismos governamentais, etc.) que são por excelência, conservadoras, reprodutoras, resistentes e cria um contexto propício à manutenção do quadro das desigualdades. (Laborne, 2014, p.152)

De acordo com Sueli Carneiro (2023) e Grada Kilomba (2019), a construção dicotômica do branco/não-branco dá-se a partir deste lugar de alteridade, em que o branco é o sujeito universal, detentor da moral, da ética e da estética enquanto os sujeitos não-brancos são o *outro* que diante desta relação hierarquizada são atravessados pela projeção branca de si onde tudo que é maléfico e violento advém do que não é branco. Grada (2019) aponta este processo como “dissemelhança”.

Toni Morrison (1992) usa a expressão “dissemelhança” (unlikeness) para descrever a branquitude como identidade dependente que existe graças à exploração do Outro, uma identidade relacional construída pelas/os brancas/os ao definirem-se como diferente de Outras/os raciais. (Kilomba apud. Morrison 1992. 2019 p. 36)

Carneiro (2023) em seu livro “Dispositivo de Racialidade”, caracteriza ainda a concepção moderna de racialidade enquanto “noção produtora do campo ontológico” (Carneiro, 2023, p.19) Sueli Carneiro argumenta, corroborando com as concepções de Fanon (1952), que ao sujeito não-branco é negado a própria condição ontológica de ser humano, gerando assim, a partir da estrutura racial uma divisão ontológica. Segundo a autora, o sistema racial nega aos não-brancos a condição ontológica e os coloca apenas como ônticos, isto é, uma condição existencial defasada a qual estão submetidos às particularidades do ser, ou seja, são reconhecidos apenas as qualificações dadas aos seres humanos, mas não exatamente a condição humana. Essas particularidades são em si qualidades concebidas culturalmente pelos seres humanos, raça, gênero, credo, etnia, que, no sistema colonial são restritas aos ditames do grupo racial que detém poder e suprimidas as possibilidades dos povos não-brancos de se auto-determinarem, falarem por si, ou enunciarem-se, produzindo suas próprias identidades (Hall, 1990). Logo, coibidos dessa possibilidade, são enquadrados pela visão deturpada da branquitude sobre qualquer que seja este *outro*, tornando-o objeto secundário desta relação eu/outro.

Portanto, faz-se necessário ir a fundo na discussão sobre colonialidade e racialidade para compreender que as construções das categorias raciais branco/negro/indígena se dão a partir da historicidade, de uma construção ideológica e sociológica como cita Sueli Carneiro

em seu livro, e que se sustenta em paradigmas violentos e dominadores. Carneiro (2023) afirma que existe um contrato racial, baseado no processo discursivo de um grupo racialmente homogêneo “A especificidade do contrato racial consistiria no fato de ser um contrato restrito ao grupo racialmente homogêneo, no qual a violência racial em relação aos racialmente diferentes é um elemento de sustentação do próprio contrato” (Carneiro, 2023, p. 35).

Segundo Larbone (2014), a posição ocupada por pessoas brancas e não-brancas desde o processo de violação colonial impede que grupos racialmente distintos estejam em posições pares para se relacionarem dialeticamente, já que essa relação desigual fere princípios éticos que possibilitam justamente a dialeticidade do encontro ou da troca humana.

A perspectiva colonialista consiste exatamente na recusa do reconhecimento do Outro como igual e na sua conversão em objeto. Fanon (2008) argumenta que o racismo força um grupo de pessoas a sair da relação dialética entre o eu e o outro, uma relação que é a base da vida ética. A consequência é que quase tudo é permitido contra tais pessoas, e, como a violenta história do racismo e da escravidão revela, tal licença é frequentemente aceita com um zelo sádico. A luta contra o racismo é, portanto, uma luta para entrar na dialética do eu e do Outro, enquanto sujeito. (Larbone, 2014, p. 154)

Porém, mesmo que a branquitude detenha poder e privilégio por via dessa desigualdade racial, não poderiam mesmo assim estarem ilesos do processo, como afirma Grada Kilomba (2019), o antagonismo racial que se cria perante os delírios colonizadores de supremacia colocam o sujeito branco num dilema consigo e com o mundo, e o sujeito branco aqui compreende-se enquanto sujeito coletivo que fomenta narrativas que escapam de sua própria crueldade para lidar com a dor, vergonha e culpa da violência dirigida ao restante da humanidade, de maneira que esses discursos possam servir para negar a sua própria história, inverter os fatos ou dar-se com tragédia humana e restituir o passado no agora. Bem como afirma Aimé Césaire no “Discurso sobre o Colonialismo” (1950):

Uma civilização que se mostra incapaz de resolver os problemas que suscita é uma civilização decadente. [...] Uma civilização que utiliza seus princípios para enganar e desmoralizar é uma civilização moribunda. O colonialismo é a coisa mais detestável que existe. Acaba por retornar contra os próprios colonizadores. (Césaire, 2010, p.15)

O intuito desta breve contextualização ideológica e filosófica da estruturação primordial que diferencia as raças e etnias na modernidade e desde o processo colonial, entendendo que negros e indígenas são postos sobre o olhar branco dentro de um escopo racial e de racismo bastante semelhante; é de situar neste trabalho que a questão racial é de fato, uma questão, uma problemática, uma indagação e um incômodo, e que há no Brasil um conflito racial profundo que extrapola as condições do sujeito individual e alcança níveis

institucionais e estruturais, esbarrando muito corriqueiramente na descontinuidade da vida de grupos que não são lidos como brancos.

Em vista disso, retomo as motivações pelas quais defendo, baseado nestes autores citados, as conceituações propostas pelo IBGE de negros como pretos e pardos, entendendo pardos como pessoas fenotipicamente com traços negróides podendo ter a tez mais clara e pretos pessoas da tez mais retinta, assim como indígenas que de acordo com o pensamento de Munanga (2004), se organizam e se autodeterminam etnicamente a partir dos reconhecimentos simbólicos, tradicionais e territoriais. Todavia, o racismo em suas facetas variadas pode se deslocar para um lugar de essencialização e exotização, sobretudo para com povos originários e suas respectivas organizações na atualidade que podem ou não estar “aldeados” ou viverem em meio urbano e no entanto permanecerem indígenas.

O que nos chama mais atenção para esses processos de definição da identidade indígena tem sido a atual inclusão dos mesmos na sociedade brasileira de uma forma bastante diferente do que acontecia antigamente, quando "ser índio" era visto como algo negativo, e se lhes atribuía as piores qualidades possíveis. A inclusão atual tem se dado através da busca de um ser mítico tradicional, com atributos bastante positivos, relacionados ao imaginário social sobre seres quase sobre-humanos, que sabiam como preservar o meio-ambiente natural, eram sábios e poderosos em suas crenças xamânicas. Esta imagem de um "índio autêntico" tem sido divulgada principalmente por uma parcela da sociedade brasileira não-indígena, correspondendo ao desenvolvimento de um movimento alternativo conhecido como o *new age*. Essa visão aproxima-se muito da visão do "bom selvagem" preconizada por [Jean-Jacques] Rousseau. (Mota, 2008, p. 01)

É, portanto, a partir das reflexões e análises feitas por intelectuais de toda a diáspora a respeito do que seria “raça” e das condições de assujeitamento e subjetivações derivadas do lugar racial que se ocupa, que se torna necessário apreender a raça como um conceito sociológico e compreender as nuances do que é a racialidade e o que implica ser de uma determinada cor ou de determinado grupo étnico aos olhos colonizados do ocidente.

Entende-se que esse lugar racial, dentro do modo de produção capitalista, opera em favor do acúmulo de privilégios e age arbitrariamente para sustentar o modelo societário em que vivemos (Mbembe, 2003) interseccionalmente às condições de gênero e classe.

Nesse sentido, o conflito racial no Brasil — que, apesar de ter sua gênese na dicotomia birracial semelhante à de outros países colonizados — ganha aqui particularidades próprias no decorrer da história, com o já mencionado debate sobre a miscigenação. Debate este que não pode ser negado, embora deva ser analisado criticamente e com o aprofundamento necessário para que não seja somente uma discussão voltada para o senso comum e levandades, por esta razão este tema não será escopo de análise deste trabalho.

Ademais, o que se espera, sobretudo, das caracterizações de raça/cor no país são subsídios que, para além do escopo individual e empírico, estejam apoiados em evidências científicas a respeito da formação social brasileira. Evidências estas que apontam para uma desigualdade racial latente, indissociável de qualquer discussão no país e que, portanto, deve ser conceituada para que hajam insumos teóricos e respaldo para a criação e implementação de políticas afirmativas e de reparação histórica, bem como a proposta na qual se insere este trabalho no sentido de tensionar o ensino e a formação para a educação étnico-racial no ensino básico e superior (Lei nº 10.639/03).

Deste modo, compreende-se que a categoria “negro”, inserindo pretos e pardos, é uma estratégia política que visa ampliar e entender que, de acordo com a realidade brasileira, a experiência racial de pessoas pretas e pardas com traços negróides se aproxima mais entre si do que em relação a brancos, indígenas e amarelos. Isto posto, tornam-se passíveis sujeitos das políticas afirmativas raciais pessoas negras, sendo elas pretos e pardos, e pessoas indígenas.

Assim como se compreende que há uma aproximação na experiência racial de pessoas indígenas e negras, ainda que existam dissonâncias, ambos os grupos passaram pelo assujeitamento da colonialidade e sentem seus impactos socioeconômicos de diferentes formas até os dias de hoje. Por essa razão, também se utiliza o termo “não brancos”, para que sejam entendidos negros e indígenas, compreendendo que pessoas indígenas foram e são exterminadas e violentadas sistematicamente por motivação racial. Seus territórios são invadidos e desrespeitados pela lógica branca, utilitária e mercantilista, que não respeita seus modos de vida e cosmopercepção, visando o agenciamento da morte desses grupos por vias estatais, vide políticas de Estado em época pandêmica.

Por isso, também, a autodeterminação indígena é importante, fazendo parte da reafirmação da identidade e da possibilidade de permanência de suas culturas e tradições, a partir da forma como se enxergam. Assim, é possível conceber políticas afirmativas para estes grupos a partir de suas próprias demandas.

Já em relação à experiência amarela no Brasil, a discussão parte por outros condicionantes e marcadores, que se diferenciam mais da experiência de pessoas negras e indígenas, e que não teremos condições de abordar neste trabalho.

1.2. Breves apontamentos sobre a questão étnico-racial na formação social brasileira

A concepção de “formação social” é central na teoria social marxista (Corato, 2020), pois busca compreender, por meio da historicização e da análise dos contextos e constructos socio-históricos, políticos e econômicos, como se constituem ao longo do tempo, as estruturas de sociabilidade e as características sociais de um povo. (Corato, 2020) Sob uma perspectiva marxiana, essa formação está intrinsecamente ligada às relações sociais de produção e às forças produtivas, nas quais se manifesta o conflito fundamental das sociedades de classes: a luta de classes. Essa luta se dá entre a classe trabalhadora — representando a força de trabalho — e os detentores dos meios de produção, cuja motivação central é o acúmulo de capital. O tensionamento constante entre essas classes configura a dinâmica estrutural da sociedade capitalista, condicionando de forma multideterminada os processos históricos e sociais que fundamentam a sociedade brasileira.

Vimos que a passagem de um modo de produção para outro somente é possível quando as relações sociais de produção e as forças produtivas entram em processo de contradição, tendo por motor as lutas de classes. As primeiras se tornam um entrave ao desenvolvimento das segundas e, nesta relação, abre-se a possibilidade de uma revolução social. (Corato, 2020, p.43)

A intenção de aproximar a concepção de formação social brasileira do debate da questão étnico-racial é para que se compreenda que as condições sócio-econômicas em sociedades colonizadas não se apartam jamais de um sistema racial e racializado, e que ao contrário disso, estruturam profundamente os mecanismos do capitalismo e determinam socialmente a que classe grupos raciais serão condicionados.

Neste sentido, pode-se dizer que as classes sociais brasileiras se qualificam também a partir da intersecção de raça, sendo este um ponto central na discussão de Estado, já que foi a partir de seus aparatos legais após a abolição formal e o estabelecimento da república brasileira que a colonialidade, para além do colonialismo, seguiu imperando e mantendo a ordem capitalista e as relações de raça desde sua era mercantil aos ditames da contemporaneidade.

A preocupação em analisar a formação sócio-histórica do Brasil desde o escravismo colonial se dá justamente porque é necessário refletir sobre o que o próprio real aponta a ser pensado: as relações sociais aqui constituídas, o lugar que o país ocupou na divisão internacional do trabalho, a composição e as lutas das classes sociais e as decisões política até o momento de sua decomposição, o que, como consequência à direção do desenvolvimento histórico-social, implicou a constituição do capitalismo. (Corato, 2020 p.44)

A condição de classe atrelada a racialidade no Brasil, em sua indissociabilidade do poder simbólico e material da branquitude, revela que para além do racismo interpessoal, a existência do que se diz racismo estrutural, categoria analisada amplamente por inúmeros

teóricos como Silvio Almeida e Mário Theodoro demonstram que há um grande acúmulo histórico de violências, aniquilação e desvalorização de pessoas não-brancas no país.

E que, portanto, que se dão como estruturas basilares da “questão social” e formação social brasileira. Iamamoto (2018) conceitualiza a “questão social” como:

A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. E, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. Trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora, como já alertou Marx (1985). (Iamamoto, 2018, p. 05)

Na década de 80 Lélia Gonzalez conceitua o que ela chama de “Améfrica Ladina” que seria a junção dos “ameríndios” indígenas americanos e da diáspora africana. Apesar das tentativas hegemônicas de apagamento de pessoas negras e indígenas no Brasil como partes essenciais e pertencentes à cultura brasileira, deixadas à míngua ou ativamente “genocidadas” (Mbembe, 2003) a autora traz à tona a representação positiva do povo negro e indígena e subverte o que a época era descrito enquanto Brasil.

Quando se lê as declarações de um Dom Avelar Brandão, Arcebispo da Bahia, dizendo que a africanização da cultura brasileira é um modo de regressão, dá pra desconfiar. Porque afinal de contas o que tá feito, tá feito. E o Bispo dançou aí. Acordou tarde porque o Brasil já está e é africanizado. M. D. Magno tem um texto que impressionou a gente, exatamente porque ele discute isso. Duvida da latinidade brasileira afirmando que este barato chamado Brasil nada mais é do que uma América Africana, ou seja, uma Améfrica Ladina. Pra quem saca de crioulo, o texto aponta pra uma mina de ouro que a boçalidade europeizante faz tudo pra esconder, pra tirar de cena. (Gonzalez, 1984 – p. 236)

Ainda se tratando de racismo estrutural e suas determinações e tentativas de apagamento, Silvio Almeida (2018), diz que todo racismo é uma expressão do racismo estrutural. Visto que, o racismo se trata de uma ideologia que sustenta e opera dentro da estrutura socioeconômica, e portanto, dentro da formação social do país.

O segundo alerta refere-se ao fato de que não se pretende apresentar um tipo específico de racismo, no caso, o estrutural. A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que procuramos demonstrar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anomalia (Almeida, 2018, p.20)

Corroborando ainda com a discussão do conceito de formação social brasileira, Almeida diz que o racismo por ser um processo estrutural é por consequência um processo histórico e político, ligados às particularidades de cada nação. Vejamos:

Por ser processo estrutural, o racismo é também processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. **A especificidade da dinâmica estrutural do**

racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social. De tal sorte, quanto ao processo histórico também podemos dizer que o racismo se manifesta:

- a) de forma circunstancial e específica;
- b) em conexão com as transformações sociais.

Já ressaltamos anteriormente o fato de que, apesar da determinação formal de aspectos como a economia, o Estado e o direito (formas sociais), cada sociedade possui uma trajetória singular que dará ao econômico, ao político e ao jurídico particularidades que só podem ser apreendidas quando observadas as respectivas experiências históricas (formações sociais). (Almeida, 2018, p.55)

Neste sentido, refletindo a respeito da condição de capitalismo dependente que se configura as relações econômicas no Brasil e que não estão descoladas do passado escravocrata e tampouco pararam de reverberar na atual forma que se estruturam as classes no país, os autores Mário Theodoro em “A Sociedade Desigual” (2022) e Clóvis Moura com “Rebelião das Senzalas” (1959) (Rocha, 2020), este grande autor que por vezes é *tokenizado*¹ em nossa área do conhecimento, dialogam em temporalidades diferentes sobre aspectos semelhantes e que contribuem entre si.

Mário Theodoro no capítulo “Mercado de trabalho, desigualdades e racismo” vai discorrer a respeito das características da classe trabalhadora brasileira contemporânea sobretudo no que se refere aos trabalhos informais e ao grande contingente de pessoas que fazem parte desta forma de trabalho e as precariedades inerentes a esta condição, bem como as intersecções entre informalidade e ilegalidade. Para além disso o autor reflete sobre as desigualdades latentes dentro da própria classe trabalhadora, reafirmando a heterogeneidade das classes. O diálogo que converge com as produções de Clóvis Moura propriamente dito, estão no resgate histórico que é feito para explicar ou compreender a formação social ao longo da história, o que evidentemente implica na análise do sistema escravocrata e do pós-abolição.

Deste modo, Mário Theodoro no tópico “As origens do trabalho desigual” aborda como se deram os processos históricos de luta dos grupos escravizados no final do século XVIII, muito influenciados pela revolta bem sucedida do Haiti, em que algumas organizações de pessoas escravizadas nas metrópoles brasileiras da época passam a se rebelar.

No Rio de Janeiro, soldados negros ostentavam em seus uniformes o retrato do imperador haitiano Dessalines. Manifestações a favor da Revolução Haitiana aparecem em várias cidades do Brasil. Em Laranjeiras, Sergipe, em junho de 1824, cartazes incitando à morte dos brancos foram fixados nas ruas. Sem falar nas revoltas localizadas em fazendas e engenhos, como Monjolinhas, em São Carlos, no ano de 1819. Como em tantos outros exemplos, os governos das províncias se

¹ Tokenismo é uma prática que consiste na inclusão superficial e simbólica de membros de grupos minorizados, como pessoas negras ou mulheres, numa organização ou sociedade para criar a ilusão de diversidade e equidade, sem realizar mudanças estruturais ou promover a inclusão real dessas.

incumbiram de reprimir tais manifestações de repúdio ao sistema escravista. (Theodoro, 2022, p. 101)

A perspectiva de Mário Theodoro endossa o que Clóvis Moura analisa no século anterior a respeito do antagonismo de classes entre os senhores de escravos e as pessoas escravizadas, em que até então, antes de Moura, os estudos historiográficos e os intelectuais críticos pouco abordavam. Como por exemplo, a agência de pessoas negras e indígenas enquanto resistentes aos domínios da branquitude que era/é a classe detentora dos meios de produção. Nesse estudo, Moura (1959) subverte o viés em que se produziam estudos sobre as classes no Brasil e incorpora a partir de então a perspectiva não-branca a respeito das lutas fundamentais que constituíram muito da sociedade brasileira.

“O autor atribuiu sentido político às insurreições negras daquele período identificando-as como expressões da luta de classes. Ou seja, para Clóvis Moura a história do trabalho e da luta de classes no Brasil não se inicia com a chegada de imigrantes europeus no final do século XIX, início do XX e as primeiras greves operárias. Inicia-se no sistema escravista com o antagonismo entre a classe proprietária e a classe despossuída e escravizada, desde o Brasil Colônia.” (Rocha, 2020, p.02)

Portanto, ambos os autores afirmam que as lutas dos grupos subordinados e ultra explorados neste período, apesar de ignorados, ou, a elas atribuídas pouco valor sobre suas contribuições, foram fundamentais para a libertação e construção da possibilidade de trabalhadores livres assalariados. No entanto, em se tratando de Brasil e de racismo, o racismo como um mecanismo estrutural e estruturante da sociedade brasileira, certamente as condições em que a população negra torna-se livre assalariado não seriam semelhante a de outras parcelas da população. Isto é, a heterogeneidade da classe trabalhadora é radicalmente marcada pela raça assim como as relações trabalhistas e de empregabilidade, vide os trabalhos precarizados e subalternizados e a cor de quem ocupa esses postos.

Cabe citar Kabengele Munanga com sua célebre frase sobre a realidade racial no país “O racismo é um crime perfeito”. Essa afirmação é posta diante do resgate histórico das manobras executadas institucionalmente pela branquitude desde os primórdios do que se entende como “nação” para proteger-se e proteger aos seus, enquanto classe, grupo, indivíduos. Cida Bento (2022) nos informa em seu livro “Pacto da Branquitude” a respeito dos diferentes níveis de pactuação interpessoal, escoando também para ações arbitrárias e corporativistas para manter a supremacia da brancura. Todo passo dado em prol dos grupos minorizados, foi em realidade uma tentativa de manter a branquitude no poder, as políticas de “avanço”, como a abolição, ventre livre e a possibilidade de ser um trabalhador livre, não abandonavam o caráter colonial e dissimulado de seguir explorando e lucrando com a mão de obra negra e indígena.

Na introdução a *Da Senzala ao Sobrado*, obra de Marianno Carneiro Cunha sobre a arquitetura brasileira na Nigéria e no Benin, Manuela Carneiro da Cunha informa que o Império havia criado em 1835 um imposto anual exorbitante que os africanos livres ficavam obrigados a pagar. Desse imposto exorbitante, segundo a autora, ficariam isentos aqueles que se retirassem definitivamente do Brasil. O Estado sinalizava assim para os africanos livres, sobretudo os que haviam ascendido economicamente, que não havia possibilidade de integração e reconhecimento social para si e suas famílias. (Theodoro, 2022, p. 104)

O trecho supracitado se refere à discussão que o autor desenvolve a respeito do surgimento dos trabalhadores informais. Segundo Theodoro (2022), em 1850 quando foram promulgadas as leis Eusébio de Queiroz e Lei de Terras, muitos dos escravizados livres e libertos, segmento que ganhou dimensão desde 1800, chamados de “negros de ganho” eram profissionais artesãos de diversos domínios, prestadores de serviços, reparadores, vendedores de alimentos, prostitutas, que vendiam sua mão-de-obra durante o dia e pagavam valor parcial ou total aos senhores para obter sua alforria (Theodoro, 2022).

É válido ressaltar o que é a Lei de Terras: “Art. 1º Ficam *proibidas* as *acquisições* de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.” (Brasil, 1850)

O que se tem, desta maneira, são as articulações das classes dominantes executando desde sempre o exercício arbitrário de condenar pessoas negras e indígenas à pauperização por mediação e determinação legislativa e estatal.

Isto fez com que as classes no Brasil fossem profundamente determinadas pelo colonialismo e pelo privilégio racial, isto é, a mobilidade de classe para uns e para outros não se deu da mesma maneira, pois culturalmente, politicamente e economicamente, para além da classe, a formação social brasileira em termos de raça foi se formando impregnada de sentidos distintos para brancos e não-brancos.

Nesse sentido, é possível refletir que ainda que haja a ascensão de classe para uma pessoa negra, a experiência não será a mesma que uma pessoa branca que ascende socialmente, como indaga. Almeida (2018), por exemplo, aponta elementos sobre a problemática da naturalização da ocupação de lugares de poder.

O que me levava a “naturalizar” a ausência de pessoas negras em escritórios de advocacia, tribunais, parlamentos, cursos de medicina e bancadas de telejornais? O que nos leva – ainda que negros e brancos não racistas – a “normalizar” que pessoas negras sejam a grande maioria em trabalhos precários e insalubres, presídios e morando sob marquises e em calçadas? (Almeida, 2018, p.11)

Considerando esse histórico e adiante no processo de formação brasileira e o estabelecimento de um capitalismo tardio e dependente, os autores Ortegá (2018) e Silvia et

al. (2023) discutem as correlações de força entre o capitalismo dependente, racismo e subordinação.

A formação social brasileira soma-se a particularidade latino – americana, de economia periférica, marcada pelo colonialismo, escravismo e relações de dominação e subordinação, com diferentes formas de emergência e desenvolvimento, que são permeadas por uma dupla articulação entre desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista. Moura (2021) inclusive aponta que o elemento que unifica os países da América Latina é a pobreza, miséria e a condição de subdesenvolvimento oriunda da condição inicial de escravização da população latina. (Silva et al. 2023, p.147)

Conforme as percepções de Leonardo Ortegá (2018) apoiado na concepção de capitalismo dependente, que vai de encontro ao pensamento de autores como Clóvis Moura (1959) e Florestan Fernandes (1973) sobre o desenvolvimento de uma burguesia local subordinada, isto é, uma classe dominante racialmente homogênea que detém capital, mas que responde de modo submisso aos interesses econômicos estrangeiros, sobretudo dos países colonizadores de capitalismo hegemônico. Vide acontecimentos da política recente em que expressam nitidamente a subalternidade da classe dominante neste país, a tentativa escrupulosa de Eduardo Bolsonaro de poupar a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro apelando às forças políticas e econômicas do governo de Donald Trump nos Estados Unidos da América. Isso demonstra como ainda estamos submetidos a um pressuposto poder das nações neocolonizadoras, como se a despeito das decisões internas, a burguesia externa e seus interesses impressos na política pudessem vigorar no Brasil porque a classe dominante daqui responde ao fim e ao cabo, a eles.

(...) segundo pensamos, a sua relevância numérica, o seu tempo de duração e forma como a escravidão foi abolida no Brasil foram os que determinaram a emergência do modelo de capitalismo dependente em que vivemos até hoje; estrangularam a possibilidade da formação de uma burguesia nacional nos moldes clássicos; permitiram a penetração do capital monopolista nos ramos mais dinâmicos e estrategicamente relevantes de nossa economia e reelaboraram uma ideologia reflexa das relações de produção escravistas: o racismo (Corato, 2020, p.15 apud, Moura, p. 42, 2014).

Diante desse contexto atual, a política brasileira dos últimos dez anos evidencia de forma explícita as relações de dependência que estruturam o país, revelando como a colonialidade ainda opera como princípio organizador da ordem capitalista. Essa relação de subordinação do Brasil a nações economicamente centrais demonstra que não apenas a classe trabalhadora teve sua formação social marcada pelo legado escravocrata, mas também que a branquitude — enquanto classe dominante — permaneceu inerte, mantendo-se em posição

subalterna no cenário internacional, em detrimento de assumir uma outra postura frente às demandas nacionais que acarretaria na perda de poder e privilégios.

Nessa perspectiva, o Estado exerce um papel central na mediação e realização dos interesses da burguesia. No contexto capitalista, a máquina estatal atua como instrumento de dominação de classe. Como afirma Silvio Almeida (2018, p. 54), “o Estado é a forma política do mundo contemporâneo; o racismo não poderia se reproduzir se, ao mesmo tempo, não alimentasse e fosse também alimentado pelas estruturas estatais”. O autor ressalta ainda que o Estado moderno é, em sua essência, racista — característica evidenciada ao longo da história por regimes de apartheid que integram o passado recente. Assim, a ideologia racista se apresenta não apenas como um elemento acidental, mas como parte constitutiva da estrutura dos Estados modernos.

A partir destas considerações, é possível constatar que as relações sociais e produtivas estão profundamente imbricadas e que, portanto, tratar da formação social brasileira à luz de um viés crítico racial, implica reconhecer as noções de produção e reprodução atribuídas no decorrer da história pela condição capitalista que no Brasil se estabelece como uma condição de dependência, bem como a racialidade como uma forma estrutural e estruturante e não subtraída a uma capilaridade, uma expressão ou derivação do modo de produção capitalista. Isto significa indicar que a desigualdade racial brasileira sendo imbricada pela “questão social”, não poderia simplesmente ser superada através de uma ascensão de classes, ou meras reformas sociais. O racismo como uma questão estrutural é uma ferramenta ideológica de dominação dos corpos e de classes (Almeida, 2020).

Durante a segunda metade do século XIX foi construída uma noção, que até hoje possui forte incidência, de que, diferentemente dos séculos anteriores em que vigorava a escravidão e as ideologias racialistas falidas, o racismo no capitalismo estaria subordinado à desigualdade de classe. Partindo-se de um pressuposto factualmente comprovado de que a maioria da população pobre era a população negra, desenvolveu-se politicamente a tese economicista de que o racismo poderia ser extinto resolvendo-se a desigualdades de classe. (Ortegal, 2018, p. 421)

O artigo “Relações Raciais: colonialidade, dependência e diáspora” de Ortegal (2018), analisa a partir da correlação destes conceitos como são indissociáveis a questão de raça e classe dentro do processo de formação brasileira, sendo condições da particularidade de muitos países a experiência de colonização a qual não pode ser minimizada ou secundarizada dentro das perspectivas teóricas que buscam a criticidade ao sistema. Aqui referindo-se mais

especificamente ao materialismo histórico dialético, o autor propõe diálogo entre a decolonialidade e o conceito de capitalismo dependente, afirmando que a partir do nosso processo histórico, os conceitos de diáspora e colonialidade podem vir a aprofundar a leitura sobre a condição de dependência que estamos dispostos.

Esses processos (colonialismo) assujeitam não apenas países, continentes ou economias, mas também determinados indivíduos, a partir de suas marcas, idiomas, linguagens e outras características, num processo que ocorre não apenas do império para fora, como também do império para dentro (Bernardino-Costa e Grosfoguel, 2016). Nesse processo é possível, então, matizar as realidades nacionais muitas vezes tratadas de forma homogênea, de modo que os países dominantes se revelam marcados por desigualdades diversas. Isto significa que, além das desigualdades de classe, outros processos são responsáveis por desigualar e assujeitar determinados indivíduos e grupos, por meio da raça, da etnicidade, do gênero e outros. (Ortegal, 2018, p.418)

É neste sentido que se afirma que dentro do que se entende enquanto formação social existem duas forças primordiais que operam antagonizando interesses, ou seja:

Entre estes, as relações entre dominados e dominantes, de modo que a abolição do regime de trabalho escravista não foi somente atravessada por lutas sociais do povo negro ou por concepções ideológicas abolicionistas, mas também pelas transformações econômicas em curso, de modo que a própria Inglaterra, antes um dos principais países no processo de reprodução do trabalho escravo, passou a coibi-lo de forma incisiva, com o objetivo de consolidar o novo sistema econômico e social do qual era protagonista (Ortegal, 2018, p. 418 apud Moura, 2014)

Ademais, o que se evidencia é a impossibilidade de produzir debates, conhecimento científico e políticas sociais que se disponham a compreender ou mitigar qualquer mazela, sofrimento e desumanização em que possa estar inserido uma parcela da população brasileira sem levar em consideração os marcadores raciais que diferenciam profundamente os impactos subjetivos e sociais sobre diversos grupos, principalmente brancos, negros e indígenas que incorporam maioria significativa da população do país. Assim, uma construção teoricamente coerente e comprometida com os fenômenos sociais que comprovadamente determinam a realidade brasileira, bem como não secundariza fatos históricos como as fissuras causadas pela escravidão, entende que a formação social brasileira é dada a partir das posições de raça e classe.

2. CAPÍTULO II: FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

O capítulo desenvolvido a seguir visa adentrar mais o campo do Serviço Social, trazendo no primeiro item aspectos sobre a história do Serviço Social e os avanços no que se refere a regulamentação da profissão, construção do código de ética e do projeto ético-político, compreendendo o histórico de lutas e o comprometimento da profissão para com a realidade.

As condições atuais em que nos encontramos tensionam a profissão por vários lados, ao passo que a conquista das cotas raciais demanda a reformulação dos currículos, a crise do capital transforma a educação em um campo de disputa e aposta política e mercantil, principalmente após a pandemia onde a precarização do trabalho e da educação alcançou um limite escandalizante.

Diante de tantas questões urgentes e importantes, faz-se necessário retomar os avanços e as construções fruto de muita disputa e das concepções hegemônicas na categoria.

Nesse sentido, os Subsídios para o Debate Étnico-Racial no Serviço Social entram neste escopo, tendo sido lançado em 2018, dá direcionamentos essenciais para que questão étnico-racial ganhe notoriedade e centralidade na agenda do Serviço Social, sugerindo incorporações no âmbito da formação e dos currículos.

Uma breve pontuação que dialoga com o teor do trabalho toca o recente acontecimento na semana em que escrevo este capítulo, no dia 28/10/2025, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, autorizou uma operação no complexo do Alemão e da Penha em que cometeu o assassinato de 121 pessoas e 4 policiais. Esta operação matou mais pessoas que a chacina do Carandiru (Agência Brasil, 2025).

Trago essa chacina como necessidade de registro próprio, já que nada nos resta senão a palavra e o estudo, mas também para explicitar que os conceitos aqui tratados, refletidos e analisados não são elucubrações teóricas, vertentes identitárias, são imposições da concretude real. A necropolítica (Mbembe, 2003) e o extermínio da população negra e pobre estão na ordem do dia.

Já estabelecendo o diálogo teórico entre o pensamento interseccional de Audre Lorde e Achille Mbembe, enquanto as mulheres brancas têm medo de que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas, que confessional e militarmente matam e deixam morrer (...) (Akotirene, 2019, p. 16)

Considerando isso, refletir sobre a formação das(os) assistentes sociais que atuam diretamente sobre a “questão social” e consequentemente da questão racial, é no mínimo

importante, reivindicar que o direcionamento e as sugestões dadas pelos subsídios sejam incorporadas, além de legítimo e necessário, conforme será tratado a seguir.

2.1. Principais aspectos do atual Projeto de Formação Profissional em Serviço Social na atualidade

O Serviço Social em comparação a outras áreas relativas a ciências humanas aplicadas e ciências sociais, é uma profissão consolidada na história mais recente. Na trajetória deste campo do conhecimento e área de trabalho, temos sua gênese relacionada a ações de caridade, filantropia e assistencialismo.

Todavia, assim como todo sujeito histórico é produto e agente de seu tempo, as profissões também o são; e neste sentido houve profundas mudanças desde a concepção do Serviço Social ao que se entende hoje.

Desde a década de 1980, vimos afirmando ser o Serviço Social uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais. Esta orientação é distinta da prioridade do mercado, tão cara aos liberais. Indagamos sobre significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, numa perspectiva de totalidade histórica (Iamamoto, in Yamamoto e Carvalho, 1982). (Iamamoto, 2014, p.610)

Marilda Yamamoto, importante intelectual da área, em seu texto “A Formação Acadêmico-Profissional no Serviço Social brasileiro” do ano de 2014, nos traz as características atuais do Serviço Social desde de a reconceituação no final da década de 80, fruto do acúmulo de debates das duas décadas anteriores a respeito do conservadorismo e caminhos da profissão. É neste momento histórico que temos como propensão a teoria marxista como principal direcionamento da construção dos currículos e da fundamentação das dimensões da profissão.

As atuais diretrizes curriculares — propostas inicialmente pela Abess em 1996 e revistas em 1999 —, têm no currículo mínimo aprovado pelo MEC em 1982, seu antecedente mais importante. Este foi proposto pela Abess em 1979, em pleno período ditatorial, incorporando alguns avanços do movimento de reconceituação latino-americano. O currículo mínimo expressa um processo de transição, parte da resistência acadêmica e política tanto à ditadura militar implantada no país (1964-85) quanto ao Social Work, em sua difundida trilogia, composta por Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade. (Iamamoto, 2014, p. 614)

O avanço em relação a corrente político ideológica seguida até então pela categoria, pautada no olhar messiânico e positivista, possibilita novas perspectivas de construção e análise da realidade, bem como repensa a formação e postura dos assistentes sociais frente aos dilemas enfrentados no cotidiano da profissão. Essa perspectiva crítica é incorporada ao projeto ético-político do Serviço Social e transposta as diretrizes curriculares.

As diretrizes curriculares inscritas em 1996, advém de um longo percurso de lutas e disputas internas e externas a categoria. Conforme Netto (1999), os ideais de um projeto societário se diferem da construção de um projeto profissional, ainda que dentro do projeto profissional haja a perspectiva de um projeto societário não são as mesmas coisas.

Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto. Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais. (Netto, 1999, p. 04)

Deste ponto de vista, o projeto profissional hegemônico do Serviço Social brasileiro, denominado de projeto ético-político, se apoia na teoria crítica marxista para elaboração do que seriam nossas perspectivas a serem alcançadas tanto como trabalhadores quanto como sujeitos que visam a transformação social. O estabelecimento de um Serviço Social crítico e disposto ao enfrentamento da “questão social” se deu por conta de uma ampla organização da categoria em suas bases sindicais, acadêmicas e profissionais (Iamamoto, 2014)

Segundo Iamamoto (2014), a construção dos fundamentos da profissão (por volta dos anos de 1980 e 1990) orientada por uma perspectiva crítica, radical e emancipadora não se deram de forma simples e sem disputa. A década de 80 diante da recém conquistada democracia e da constituição de 88 se deu como um momento de efervescência dos debates a respeito dos fundamentos do Serviço Social e seu norteamiento a partir da teoria crítica social, é deste momento que em 1996 se elabora o currículo mínimo do Serviço Social.

Todavia, certamente as disputas acirradas a respeito da criticidade incorporada ao currículo não seriam tão facilmente aceitas, Iamamoto (2014) diz:

A proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, preconizado pelos organismos multilaterais. Os currículos mínimos são substituídos por diretrizes curriculares mais flexíveis, exigindo a definição do perfil do bacharel em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório, a definição de competências e habilidades técnico-operativas. (Iamamoto, 2014, p.615)

As pressões mercadológicas, que tinham como intuito atribuir ao âmbito educacional, em qualquer instância e nível, seus interesses políticos e econômicos, tentaram ceifar ou, ao menos, minimizar o conteúdo do currículo mínimo. Entretanto, a categoria de assistentes sociais da época recorreu às entidades e aos instrumentos já conquistados para seguir adiante com o projeto de formação fundamentado e alinhado ao projeto societário que defendemos.

Dessa forma, recorrem à Lei nº 8.662/1993 e ao **Código de Ética** para recusar, enquanto categoria, as adequações propostas à formação profissional. As alterações foram revisadas pelas entidades nacionais, submetidas à assembleia da **ABESS** e, posteriormente, aprovadas.

Embora não tenham sido acatadas as modificações do currículo mínimo, as disputas permaneceram em torno das diretrizes curriculares e sofreram fortes modificações.

Já o texto legal das diretrizes curriculares, homologadas em 4/7/2001 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC-Sesu, 1999), sofre forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social. comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, o que foi retirado e substituído por “utilização dos recursos da informática”. Na definição das competências e habilidades, é suprimido do texto legal o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira: apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país (MEC-Sesu/Coness, 1999). Também os tópicos de estudos foram totalmente banidos do texto oficial em todas as especialidades. (Iamamoto, 2014, p.617)

Iamamoto (2014) diz ainda a respeito de como as diretrizes postas desta maneira dão margem para que seja dificultosa a garantia do conteúdo básico comum na formação, sendo obrigatório apenas a preservação dos núcleos, mas o conteúdo de formação esteja a cargo da instituição de ensino.

As considerações feitas por Iamamoto (2014) são contundentes com a realidade atual, o avanço descabido do Ensino à Distância, o aumento exponencial das Instituições de Ensino Superior privadas, o aumento da exploração dos docentes, todas essas condições são agravos e precarizam a formação no ensino superior. A realidade se intensifica e ganha novas nuances no contexto de pandemia e pós-pandemia, segundo Elias e Alves (2022) o acirramento do neoliberalismo e as novas condições dos processos de trabalho, bem como a sofisticação da exploração, atinge a toda a classe trabalhadora em sua heterogeneidade e naturalmente o serviço social também.

As autoras trazem dados sobre o cenário recente do ensino superior no Brasil, vejamos:

Como expressão do poder econômico exercido por essas grandes empresas, ressalta-se que 88,4% do total das Instituições de Ensino Superior (IES) no país são privadas, enquanto 11,6% são públicas, conforme dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020) no relatório do Censo da Educação Superior de 2019. Além disso, exercem um poder político permanente sob o Estado brasileiro, o que se demonstra tanto na existência de leis de isenções fiscais que beneficiam esse segmento quanto no financiamento de bolsas de estudos em IES privadas com financiamento público, a exemplo do Programa Universidade para Todos (Prouni) criado em 2004. (Elias; Alves. 2020, p. 76)

As observações feitas pelas autoras corroboram como a discussão de Yamamoto (2014), já que abordam como as demandas do capitalismo tem fragilizado o ensino superior, maximizado o número de instituições privadas de ensino e precarizado o trabalho docente. Bem como, ambos os textos informam a respeito do conservadorismo crescente que ganha novas formas de dentro do campo do Serviço Social.

Um ponto crítico sobre o aumento das instituições de ensino privadas se dá principalmente no aumento do ensino à distância no contexto pandemia e pós-pandemia, o desfinanciamento durante os governos dos dois anos antecedentes a pandemia (Governo Temer) e do governo durante a pandemia (Governo Bolsonaro) tornaram a situação mais complexa. Os discursos negacionistas a respeito da ciência e da tecnologia criaram narrativas que passaram a interferir na visão do senso comum sobre as universidades e a sua importância, favorecendo inclusive a diminuição de recursos para as universidades públicas e favorecendo o aumento das universidades privadas e a distância.

Outro aspecto citado nos textos é a respeito do conservadorismo e neoconservadorismo que tomou proporções descabidas no Brasil e no mundo e que impactam diretamente no trabalho do assistente social, as disputas se tornam mais acirradas e a radicalização da extrema direita faz com que tenhamos que estar combativos em relação aos discursos que se solidificam e ganham espaço.

Diante de uma realidade contemporânea cada vez mais complexa e desigual, o abandono da agenda sócio econômica torna a questão racial mais palatável ao capitalismo e sobretudo a amplitude midiática, como afirmam muitos autores e autoras da tradição marxista. Contudo, é necessário não olhar de maneira reducionista para a questão étnico-racial no Brasil, como dizem Ortegá (2018) e Gonçalves (2018) a questão racial não se trata somente de uma “expressão da questão social”, é ela mesma o nó da “questão social”.

Considerando o que outras autoras e autores têm refletido ao longo dos anos sobre a formação em Serviço Social e a questão racial, vale ressaltar que o contingente de pesquisas a respeito da temática tem sido crescente, pesquisadores e pesquisadoras do Serviço Social de todo o Brasil tem se debruçado mais largamente a respeito da questão racial na formação e em diversos campos em que o assistente social atua. Elpidio (2020) em seu texto “Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional” reflete sobre os núcleos de formação da profissão e os conceitos basilares que nos direcionam, assim a autora traz um conceito amplamente utilizado e que incorpora toda a formação do assistente social que é o de “totalidade”. Este conceito diz respeito às aproximações à realidade que o

assistente social tem de fazer, partindo da lente da teoria crítica marxista em que se compreende a dialética e as contradições dentro da sociedade, bem como as forças multilaterais que atuam sobre um mesmo fenômeno social.

Desse modo, ao mergulhar nos aspectos centrais do método em Marx mediado por aproximações coerentes de interpretações sobre a formação social do Brasil e seus projetos, tendo especial atenção ao movimento da classe trabalhadora que ascende a questão racial como parte da questão nacional em uma perspectiva da totalidade histórica. (Elpidio, 2020, p. 520)

A autora traz os avanços desde a intenção de ruptura com o conservadorismo e os esforços das entidades para que a questão étnico-racial esteja presente na formação e os debates que tangem a profissão, afirmando que desde a reconceituação demos consideráveis passos nessa discussão.

Coerente ainda com uma conjuntura que sangra e faz sangrar milhares de negras e negros como mostram as trágicas estatísticas seguimos fortalecendo no campo acadêmico as respostas coletivas dadas pela categoria com a Campanha do CFESS (2017-2020) Assistentes Social no combate ao racismo”, da ABEPSS com o documento base para a formulação dos Subsídios para o debate étnico-racial na formação em serviço social (2018) e da ENESSO Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista! (2019). (Elpidio, 2020, p. 520)

Como discorrido, o Serviço Social tem sido principalmente desde a década de 1980, uma categoria situada na contra a corrente da mercantilização da educação. As tentativas de sucateamento da educação pública incidem evidentemente sobre a nossa categoria exigindo que pensemos em uma formação que abranja as demandas da atualidade que pedem visibilidade e são legítimas, como a questão de gênero, etnia e raça, e que ainda estamos em falta como aponta Rezende (2018):

Não podemos isolar o Serviço Social nesse contexto societário marcado pelo reacionarismo. Se a profissão já caminhava com dificuldades para travar com intensidade a discussão sobre a relação histórica entre classe e raça em uma perspectiva estrutural e estruturante, agora temos o dever histórico de estimular e aprofundar esse debate. (Rezende, 2018, p. 85)

Além do desafio de lidar com as inúmeras contrarreformas que fragilizam as universidades. Vale lembrar rapidamente que a questão de raça e etnia surge, sobretudo, das demandas de estudantes cotistas. Assim, se estamos fruindo em consonância aos movimentos sociais não dar vazão a requisição deste debate é no mínimo incoerente.

Outrossim, o fato é que há mais de uma década é denunciado por intelectuais, docentes e discentes o interesse do capital em transformar a educação em um maquinário fazedor de mão-de-obra alienada, sobretudo desmontar a educação pública brasileira e colocá-la a serviço do capital.

Florestan Fernandes na década de 1960 já manifestava-se contra a Lei das Diretrizes Básicas impregnada de interesses sórdidos dos mercado financeiro e do militarismo.

Koike (2009) em seu texto “Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais” traz dados do começo do século que já apontavam para as consequências recentes.

O mercado passa a requerer um trabalhador polivalente, com novas características técnicas e sociointelectivas, capaz de atuar em diferentes funções ou postos de trabalho. Os conceitos de profissão e formação específica, especializada, tendem a perder funcionalidade e desaparecer. O trabalhador, além da escassez de emprego, vai enfrentar a obsolescência do seu saber e a perda de organicidade da sociabilidade produzida no fordismo/keynesianismo (KUENZER, 2006). O novo padrão societário impõe outra maneira de trabalhar, viver e pensar exigindo atuação na subjetividade do trabalhador para consolidar a sociabilidade do capitalismo reatualizado. Trata-se de produzir o “novo homem” e o “novo trabalhador” de acordo com as atuais necessidades da reprodução capitalista (GRAMSCI, 2001). (Koike, 2009, p.04)

As considerações de Maria Marieta Koike, giram em torno das modificações profundas dos processos de trabalho e do ensino superior como um processo comprometido com o desenvolvimento humano em algo semelhante à revolução industrial, ou seja, transformar uma formação processual em algo rápido e disponível para o consumo.

O ensino online que move a EaD, no âmbito da graduação, apresenta-se com o discurso da democratização do acesso, favorecendo a expansão desordenada da educação superior a baixo custo. O objetivo é “trazer a Revolução Industrial para o ensino. Ou seja, de fazer o mesmo que fez a Revolução Industrial, transformar processos artesanais em processos fabris capazes de garantir uma produção em maior escala, mais barata e sem perda de qualidade” (CASTRO, 2006, p. 213). (Koike, 2009, p. 08)

A autora coloca ainda que esse processo de operacionalizar o ensino/aprendizagem forja uma identidade ontologicamente subtraída, que despreza e trivializa a teoria, fixando-se ao “aprender fazendo”, ignorando a apreensão histórico-crítica do conhecimento humano, ratificando as bases da consciência alienada (Koike, 2009). Koike endossa a ideia de Yamamoto ao sugerir que a desqualificação do ensino e aumento das faculdades não presenciais e privadas, bem como modificação do intuito das universidades públicas formarão um exército assistencial de reserva, favorecendo o voluntariado e a precarização do exercício profissional. (Koike, 2009)

O cenário ainda mais recente pós-pandemia revela novos desafios. As contrarreformas subsequentes que acumularam retrocessos para a classe trabalhadora, a uberização, o trabalho remoto, as plataformas digitais inauguram um novo tempo e uma modernização da exploração que recai sobre o serviço social como profissão imbuída na divisão sócio-técnica do trabalho e na formação.

A primeira, a contrarreforma da educação, deve ser analisada de maneira articulada com outras ações que, antes mesmo da pandemia do novo coronavírus, já

impactavam a educação superior pública, como: a elevação do percentual de ensino a distância nos cursos presenciais que passou de 20% para 40%, prevista na Portaria nº 2117/2019 do MEC; a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congelou os investimentos em políticas públicas até o final de 2021; a terceirização das atividades-fim, aprovada pela Lei nº 13.429/2017; os sucessivos cortes de verbas para a educação superior pública, entre eles o já anunciado corte de 8,7% nos gastos discricionários para 2021 previsto no Projeto de Lei Orçamentária enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional em setembro de 2020. (Farage, 2021, p.50)

Farage (2021) afirma ainda que a implementação do ensino remoto emergencial se deu como um laboratório de experimentação deste modelo educacional que lesa a conquista da classe trabalhadora pela educação pública e democrática, instaurando profunda desigualdade de acesso e desconfigurando o sentido pedagógico de ensino. Deste modo, o artigo aponta que o ensino remoto e o crescimento do ensino à distância são contrarreformas da educação.

É importante considerar que as universidades são centros de ensino produtores e reprodutores da sociabilidade, e que, portanto, estão comprometidos com o triplice que sustenta o ensino superior público, pesquisa, ensino e extensão, mas também estão condicionados à formação humana, assim como todo e qualquer processo educacional está atrelado ao desenvolvimento humano, no ensino superior há a pretensão de que o indivíduo se torne um profissional ético.

Logo, a radicalização da extrema direita e do neoliberalismo que atacam a educação por todos os lados, colocam em risco não somente as nossas conquistas materiais, como ensino público e de qualidade, mas também disputam perspectivas ontológicas e éticas. Os discursos anticiência que minaram as universidades e que como bem sabemos deslegitima o conhecimento das ciências sociais e humanas, ainda segue ecoando dentro e fora das universidades.

Desta forma, como afirmaram as autoras e autores, o acirramento da crise do capital e a atual conjuntura nos faz novamente reafirmar nosso compromisso ético-político que como aponta Imamoto (2014), tem sido vanguardista em vários aspectos e nadado contra a corrente, resistindo ao sucateamento e desqualificação do ensino.

Embora tenhamos lacunas imprescindíveis à formação profissional, é inegável que os últimos anos foram de desafios multidirecionados, em que qualquer vacilo em termos de discurso ou desatenção às instituições que determinam as agendas, orçamento, decretos e dentre outros, poderia significar comprometimento de anos de pesquisas, de avanços e lutas.

Isto é, apesar de termos atualmente um governo progressista, nada está dado, pois temos que lidar com o bolsonarismo que ainda resta, os resquícios de sua ideologia opressora

e violenta e ainda incorporar as discussões de raça e etnia de maneira adensada à formação profissional.

Mas como supracitado, o Serviço Social se reconfigurou e lutou muito para obter o currículo mínimo, às diretrizes curriculares, a regulamentação da profissão, o direcionamento ético-político, e tudo isso se fez com organização e fortalecimento das nossas entidades, e assim seguiremos, qualificando a formação e a profissão na perspectiva do projeto ético-político.

2.2 A centralidade do debate étnico-racial na formação profissional e sua relação com os subsídios da ABEPSS lançado em 2018

Neste item nos debruçamos a respeito da discussão étnico-racial no Serviço Social e o esforço em torná-la mais do que um tema transversal e central no âmbito da formação profissional e dos currículos entendendo que este debate é estruturante dos fundamentos do curso, sobretudo do nosso objeto de intervenção, a “questão social”.

O Serviço Social constrói desde a Reconceituação caminhos para uma formação e uma atuação profissional voltadas para a emancipação e a construção de um *ethos* que respeite as diferentes formas de existência e seja contrário a toda forma de exploração humana. Portanto, desde a década de 1980 tem-se falado nas diversas formas de opressão inerentes ao capitalismo e sobre como a profissão se posiciona contrária a esse processo.

Embora tenhamos em nossas Diretrizes Curriculares de 1996 e no Código de Ética atual direcionamentos vanguardistas, a formação ainda é um campo de disputa. O racismo e a colonialidade enquanto ideologias de dominação se espriam entre nós e se perpetuam nas sutilezas da reprodução social.

Conforme é possível identificar nos documentos, as Diretrizes Nacionais Curriculares de 1996 abordam a questão étnico-racial nos seguintes termos²: o tópico 3.1.2. Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, página 11, diz explicitamente: “Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de **gênero** e **étnico raciais**, exclusão social, etc.” (DCN, Serviço Social, 1996, p. 11). E ainda na página 17, diz, “(...) Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais.

² Busca a partir dos descritores “raça”, “racismo”, “étnico”, “etnia” e “racial”

Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários.” (DCN, Serviço Social, 1996, p. 17).

Consta no Código de Ética de 1993 os seguintes artigos: **VIII**. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, **etnia** e gênero; **XI**. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, **etnia**, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. Bem como a seguinte colocação:

Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. (BRASIL, 1993, lei 8.662/93)

Nesta análise documental, ressalta-se que não foram encontrados os descritores de busca “raça”, “cor”, “racismo” e “racial(ais)” no Código de Ética do/a assistente social de 1993.

Os recortes dos documentos inseridos aqui afirmam um compromisso ético-político das/os assistentes sociais para com a luta antirracista, compreendendo a questão étnico-racial é parte do sistema de exploração o qual vivemos e que se instaura como parte substancial das relações sociais, tornando-se por consequência parte fundamental do que condiz o trabalho e a classe trabalhadora.

Silva et. al. (2023) em seu texto “Contribuições de Clóvis Moura para o Serviço Social brasileiro: por uma formação antirracista” traz diálogos importantes sobre os avanços que tivemos.

Nesse sentido é importante ressaltar algumas iniciativas recentes que buscam incidir no debate das relações raciais pertinentes ao Serviço Social. Em 2010 foi criado o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, relações de exploração/opressões de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades” na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); em 2016 o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) fez o lançamento da cartilha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”; em 2015 na ENESSO a criação da setorial Sankofa e o encontro, em 2019, com o mote “A virada agora é preta”; em 2018 ocorreu o lançamento dos “Subsídios para o debate sobre questão étnico-racial na formação em Serviço Social”.

Sob essa ótica, o Serviço Social brasileiro já galgou importantes passos, como a demarcação do Código de Ética de 1993 a respeito do combate a toda forma de opressão e discriminação como um de seus princípios e as Diretrizes Curriculares de 1996 em que está a incorporação de conteúdos sobre a questão étnico-racial nos currículos acadêmicos. (Silva et. al, 2023, p. 153)

É verdadeiro o esforço da categoria em produzir cada vez mais insumos científicos, notas técnicas, exigências nos projetos políticos pedagógicos para incorporação da questão étnico-racial. No ano de 2021, por exemplo, o CFESS lançou uma nota técnica voltada para o

esclarecimento da apreensão de dados do quesito raça/cor para as assistentes sociais (Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia).

Ao mesmo tempo, vale ressaltar que embora os referenciais bibliográficos aqui utilizados tenham olhar positivo sobre o crescimento da temática no campo do Serviço Social, outros autores apontam a defasagem a respeito da questão indígena.

O artigo “A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão” produzido no ano de 2020 por Amaral e Bilar faz uma revisão bibliográfica das revistas “Serviço Social e Sociedade” e “Katálisis” dos anos de 2015 a 2019 onde aponta ínfima produção acadêmica sobre esta temática.

Portanto, apesar da relevância dos dois periódicos estudados para o Serviço Social brasileiro, constata-se que pouco se tem avançado na disseminação da produção acadêmica acerca da questão étnico-racial, em especial sobre a temática indígena. (Amaral; Bilar, 2020, p. 189)

Trazem também as produções relativas aos congressos e eventos relacionados ao Serviço Social, sendo eles:

Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS), que está em sua 17a edição; a Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINP), em sua 9a edição; o Congresso Brasileiro de Assistentes 2 O Encontro Internacional de Política Social e o Encontro Nacional de Política Social (ENPS) são realizados conjuntamente no município de Vitória (ES). 3 O evento é uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e integra esse congresso o Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais e o Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Sociais, na 16a edição; o Encontro Internacional de Política Social, em sua 7a edição; o Encontro Nacional de Política Social (ENPS), que está em sua 14a edição2; e o Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, que se encontra em sua 3a edição3. (Amaral; Bilar, 2020, p.189)

O trabalho demonstra que em 2019 houve algum aumento nas produções selecionadas para os congressos referentes ao Serviço Social e a Política Social, dentre os 31 trabalhos que tangem a questão étnico-racial 10 deles abordam a questão étnica dos povos indígenas, o que em comparação aos anos anteriores apresenta maior número de produções, ainda que não sejam todas de autoria de assistentes sociais.

Rezende (2015) retrata que até o ano de 2010 às produções relacionadas à questão racial na revista “Serviço Social e Sociedade” eram também incipientes.

Quanto à baixa produção de conhecimento no que tange à temática étnico-racial, Ferreira (2010) aponta que, até junho de 2010, a revista Serviço Social e Sociedade (uma das revistas mais importante publicações teóricas acerca do Serviço Social brasileiro), desde o seu início, em 1939, já havia publicado cento e dois números e somente em três deles foram publicados artigos referente à temática étnico-racial. (Dias, 2015, p.324)

É importante considerar um aspecto político diante das colocações feitas, em que a Lei 10.639 do ano de 2003 onde torna obrigatório o ensino da História e Cultura

afro-brasileira na Rede de Ensino. A partir do sancionamento desta Lei que revisita e reformula o currículo base de todas as escolas públicas e privadas de nível fundamental e médio, a discussão racial no âmbito educacional ganha amplitude e torna-se tema de debate nas formações de nível superior.

A renomada intelectual Nilma Lino Gomes (2002) em seu texto “Educação e Identidade Negra” interpela:

Talvez, um dos primeiros passos a ser dado pelas educadoras e pelos educadores que aceitam o desafio de pensar os vínculos entre educação e identidade negra seja reconhecer que qualquer intervenção pedagógica a ser feita não pode desconsiderar que, no Brasil, vivemos sob o mito da democracia racial e padecemos de um racismo ambíguo.(...) Esse reconhecimento implica sensibilizar a nossa ação docente, quer atuemos na educação básica ou no ensino superior, para quão complexa é a construção da identidade negra, dentro do racismo à brasileira (Gomes, 2002, p.42)

E ainda provoca “Será que a experiência universitária tem sido capaz de quebrar preconceitos, romper com estereótipos sobre o negro e sua cultura, construir cidadãos e cidadãs menos etnocêntricos?”.

Ou seja, existe um esforço do movimento negro de colocar o debate antirracista no cerne do debate e que necessariamente precisa ser abarcado também a questão étnica dos grupos indígenas. A implementação da lei favorece a reflexão e implementação do debate racial e do racismo anti-negro, e que talvez seja uma das razões pelas quais o debate racial tem ganhado evidência nas últimas duas décadas.

Gomes (2012) coloca em perspectiva as relações de poder que engendram o ensino a respeito da questão racial e que inferem também sobre a questão indígena “Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade.” (p.100)

Dando continuidade ao pensamento de Amaral e Bilar (2020), o autor e a autora, trazem consideráveis críticas a respeito do documento “Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social” de 2028. Conforme indicam, a questão indígena é abordada nos subsídios como diferenciação entre os conceitos de raça e etnia e não há muito aprofundamento sobre, apresentando maior centralidade a respeito da questão racial.

Cabe ainda destacar que, no ano de 2010, foi criado um grupo temático de pesquisa (GTP), no âmbito da ABEPSS, denominado Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia e sexualidades, voltado à reflexão acadêmica e política acerca de tais temas. O documento Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social é de iniciativa do referido GTP durante a gestão da ABEPSS nos anos de 2017-2018. O objetivo era subsidiar a inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial, buscando

contribuir para uma formação em Serviço Social antirracista a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (graduação e pósgraduação) (ABEPSS, 2018). Entretanto, segundo o documento: Ainda temos uma tímida produção e ações políticas – embora estejam numa crescente – no campo da luta antirracista no Serviço Social, que reverbera na formação profissional limitando o aprofundamento de uma análise da totalidade da realidade brasileira, ou seja, em que medida o racismo impacta o processo de formação e trabalho profissional. (ABEPSS, 2018, p. 11). Cabe destacar que o referido documento centra sua atenção no debate racial, realizando uma breve reflexão sobre os aspectos étnicos, embora o próprio texto reconheça a distinção entre estas duas categorias. (Amaral; Bilar, 2020, p. 187)

Ainda que o presente trabalho tenha maior tendência a questão racial pela razão de ser um trabalho de conclusão de curso, mas compreendendo que algumas das leituras se estendem as realidades não-brancas e se limitam em outras condições, considera-se relevante e urgente o aprofundamento sobre a questão indígena, deixando como convite e provocação as produções a posteriori que tragam suas contribuições para o campo.

Ademais, mesmo que haja lacunas na construção dos subsídios é inegável que a própria existência do documento apresente um avanço para a formação.

É importante ressaltar que o perfil profissional é majoritariamente formado por mulheres negras (CFESS, 2022), enquanto a maioria docente do ensino superior no geral são homens brancos (Ferreira; Teixeira; Ferreira, 2022). Isso revela a institucionalização do racismo, reafirmando a identidade de quem ocupa os cargos de poder. É sabido que ocupar uma cadeira de professor ou professora universitário é estar em pleno exercício de poder, sobretudo pela condição de “intelectual” e fazedor de ciência.

Para além disso, deve-se refletir sobre a própria ocupação das assistentes sociais na divisão sócio-técnica do trabalho, em que, como bem sabemos, não ocupa um lugar de status (Lima, 2014), tampouco a maioria atendida e usuária das políticas sociais de assistência são pessoas brancas (Lima, 2014).

Neste sentido, os subsídios da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social surgem com intuito de direcionar e contribuir com o debate étnico-racial na formação em Serviço Social, reconhecendo a lacuna existente nos currículos e na formação e as próprias características intrínsecas ao perfil profissional e ao perfil de usuários das políticas sociais públicas.

O documento foi construído com base na ementa construída pelo Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” em 2016.

Este trabalho é orientado pela ementa construída pelo próprio GTP, atualizada em 2016, qual seja: Raça/ Etnia: Estado e raça. Formação social e Divisão racial do trabalho no capitalismo. Raça e etnia como construção social. Pensamento Social e

raça/ etnia. Desigualdades étnico-raciais, de gênero, geração e classe. Indicadores 11 SUBSÍDIOS PARA O DEBATE SOBRE A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL sociodemográficos e desigualdade racial. Movimentos sociais e antirracismo. Serviço Social e Políticas públicas de promoção da igualdade racial. Formação profissional e desigualdades étnico-raciais: avanços e desafios para o projeto ético-político do serviço social. Exercício profissional, preconceito e discriminação racial” (ABEPSS, 2016). (ABEPSS, 2018, p.10)

A introdução do documento aponta a reduzida presença da discussão étnico-racial na formação, problematizando a formação e sua relação com exercício profissional do/a assistente social, o reforço das práticas racistas e a dificuldade de lidar e/ou ler o racismo institucional e as violações de direitos decorrentes do racismo. Trazendo a estes questionamentos dimensões teórico-políticas que exigem aprofundamento.

Os subsídios para o debate da questão étnico-racial se propõem enquanto um incentivo para as Unidades de Formação Acadêmica (UFA's) filiadas à ABEPSS com elementos iniciais e direcionamentos básicos no que tange o ensino e educação para as relações étnico-raciais e o comprometimento com o projeto ético-político e a luta antirracista.

Tendo em vista a centralidade da temática na formação em Serviço Social, é apontado que:

Nesses termos, ao elaborar este documento base para o Subsídio ao Debate da Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social, a gestão da ABEPSS (2017-2018) coloca como uma das centralidades da sua agenda política o compromisso na construção de um projeto de formação profissional antirracista e reconhece o significado sócio-histórico do debate étnico-racial para o Serviço Social brasileiro. (ABEPSS, 2018, p. 12)

Nesta perspectiva, os objetivos específicos do texto são:

1.2 Objetivos específicos: **I)** Evidenciar a necessidade sócio-histórica do debate acerca da questão étnico-racial na formação em Serviço Social, na perspectiva de totalidade; **II)** Subsidiar conteúdos programáticos aos currículos de Serviço Social para implementação de disciplinas obrigatórias, optativas, laboratórios e oficinas na graduação e linhas de pesquisa e disciplinas na pós-graduação; **III)** Direcionar e fomentar atividades de educação permanente aos profissionais, docentes e discentes, articulando trabalho e formação; **IV)** Estimular a criação de grupos de pesquisa e de produção de conhecimento na formação graduada e pós-graduada. (ABEPSS, 2018, p.12)

Como justificativa para elaboração do documento, faz-se um retorno às falsas ideias de melhoramento da raça, cujo o intuito era embranquecer a população e assim extinguir a existência de pessoas negras e indígenas que supostamente eram a razão dos males da nação, processo antecessor a outro grande reflexo do racismo brasileiro e da tentativa sistemática de apagamento senão literal da população negra e indígena, a partir da subversão das narrativas coloniais propostas pelo mito da democracia racial.

O texto reitera a irrevogável importância da categoria raça/cor e etnia como lente analítica da realidade brasileira e as consequências distorcidas que a ausência ou exclusão do debate podem causar no âmbito da apreensão sociológica e real da sociedade brasileira.

Para Guimarães (2006), a “raça não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil”. Ela é também categoria analítica indispensável, pois, é “a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classe’” (GUIMARÃES, 2006). Numa perspectiva mais crítica, no que diz respeito às relações sociais sustentadas sobre a estrutura de exploração e dominação de classe, Hasenbalg (1979) ressalta que a raça é um dos critérios mais importantes no processo de recrutamento para acesso a posições na estrutura de classes. Nos chama a atenção para o fato de que, embora o racismo se expresse de diferentes formas, no tempo e no espaço, ele “caracteriza todas as sociedades capitalistas multi-raciais contemporâneas” (HASENBALG, 1979). Afirma, ainda, que “o racismo é mais do que um reflexo epifenômeno da estrutura econômica (...). Sua persistência histórica não deveria ser explicada como um mero legado do passado, mas como servindo aos (...) interesses do grupo racialmente supraordenado no presente” (HASENBALG, 1979). (ABEPSS, 2018, p. 13)

Igualmente pressupõe que a falta do debate étnico-racial seria, portanto, um “daltonismo universalista” (Nascimento e Nascimento, 2004), em que a leitura social sem este elemento ficaria de tal modo enviesada, que impediria de enxergar as relações sociais em uma sociedade de classes.

Destarte, os subsídios trazem o conceito de totalidade e o significado da sua apreensão.

Nesse sentido, sob a perspectiva da totalidade social, o debate acerca das opressões e exploração de classe não deve ocorrer descolado das determinações étnico-raciais, que são estruturais e estruturantes das relações sociais em todas as esferas da vida social. Compreensão que é fundamental para a articulação com o debate da formação em Serviço Social. (ABEPSS, 2018, p. 15)

É neste aspecto que faz-se necessário articular as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social compreendendo que as relações raciais são inerentes ao objeto de trabalho e intervenção do profissional assistente social, que se constitui nas expressões da “questão social”.

Os subsídios para o debate das relações étnico-raciais no interior da formação reafirmam o fortalecimento do projeto ético-político, assim como destaca a presença do debate nos Projetos Político Pedagógicos.

Considerando que a questão étnico-racial se constitui como um elemento estruturante das relações sociais e, assim, deve ser apreendida com profundidade e em toda a sua complexidade histórica, é subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma gradativa e efetiva superação da secundarização ou “tematização” da questão étnico-racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade. Vários estudos apontam para os riscos desta fragmentação e silenciamento/secundarização do debate na formação no Serviço Social no âmbito da graduação e

da pósgraduação e, nesse sentido, podemos citar Rocha (2014), Almeida (2016), Dias Almeida (2015), dentre outras. **Cabe destacar que em cada um dos Núcleos de Fundamentação precisam comparecer conteúdos que sustentem uma formação antirracista.** (ABEPSS, 2018, p. 19)

O documento faz referência a necessidade de cumprir com os ditames legais que visam incorporar aos projetos políticos pedagógicos matérias referentes a “Educação Para As Relações Étnico-Raciais”, mas que no entanto o compromisso para com o projeto ético-político não pode ser abandonado e tampouco a realidade avassaladora que recai sobre a população negra e indígena.

Ademais, os subsídios trazem as seguintes sugestões e contribuições:

3.1 Ensino (considerar de 2016 em diante)

- Disciplinas que comparecem no conteúdo étnico-racial (especificar se a natureza é obrigatória e/ou eletiva, periodicidade da oferta, ementa, CH, período, bibliografia);
- Disciplinas específicas – que tratam prioritariamente do conteúdo (especificar se a natureza é obrigatória e/ou eletiva, periodicidade da oferta, ementa, CH, período, bibliografia);
- Oficinas, laboratórios (especificar se a natureza é obrigatória e/ou eletiva, periodicidade da oferta, ementa, CH, período, bibliografia);
- Como o tema é tratado na articulação com o Estágio Supervisionado.

3.2 Extensão (considerar de 2016 em diante)

- Iniciativas e sugestões de atividades promovidas por meio de atividades na área da extensão universitária;
- Natureza das atividades, conteúdo, objetivos, público, metodologia, CH, periodicidade, bibliografia.

3.3 Pesquisa e produção do conhecimento (considerar de 2016 em diante)

- Iniciativas e sugestões de atividades promovidas por meio de atividades na área da pesquisa e da produção de conhecimento;
- Núcleos de estudos e pesquisas;
- Pesquisas registradas (concluídas e em andamento);
- TCC, dissertações e teses (título, UFA/Programa, autor, ano, palavras-chave);
- Periódicos/temática/data/forma de acesso.

3.4 Outras contribuições (considerar de 2016 em diante)

- Atividades complementares;
- Ações afirmativas (graduação e pós);
- Eventos regionais com articulação com o conjunto CFESS/CRESS;
- Eventos locais, regionais e nacionais promovidos por UFAS;
- Articulação com movimentos sociais;
- Documentos de orientação e notas.

(ABEPSS, 2018, p. 23)

Deste modo, os subsídios para o debate da questão étnico-racial produzidos pela ABEPSS buscam sensibilizar e incentivar que as universidades, os cursos e os núcleos docentes incorporem em seus PPC's e na formação como um todo a temática étnico racial sem que fique a cargo do currículo oculto ou da transversalidade, mas que se torne algo notório e essencial.

Carla Akotirene (2019), assistente social e intelectual muito pouco explorada pelo campo do Serviço Social traz contribuições importantes para a leitura racial a partir do viés

interseccional e do feminismo negro, trazendo indagações a respeito das vidas negras ceifadas precocemente pelo Estado letal que usufrui do monopólio da violência para efetivar a necropolítica. Desta maneira, aponta que tal como mulheres brancas, ainda que enfrentem opressões e questões relacionadas ao trabalho, a classe e a raça marcam de modo dissemelhante o acesso dessas mulheres à seguridade.

A despeito do feminismo hegemônico argumentar que na velhice as mulheres experimentam discriminações geracionais impostas pelo mercado de trabalho, o qual as consideram velhas; e de classe, porque perdem o dinheiro da aposentadoria para netos e adultos da família, é a marcação de raça que garantirá às mulheres brancas seguridade social, pois estas tiveram emprego formal, e a marcação de classe irá mantê-las na condição de patroas. No pensamento de vanguarda de Sojourner Truth, raça impõe à mulher negra a experiência de burro de carga da patroa e do marido. (Akotirene, 2019, p. 18)

Deste modo, a autora articula os conceitos de raça, classe e gênero enquanto experiências que não se apartam e são experimentadas indissociadamente pelas pessoas negras e indígenas. “Também achamos, muitas vezes, difícil separar opressões de raça, classe e sexo porque, nas nossas vidas, elas são quase sempre experimentadas simultaneamente”. (Akotirene, 2019, p. 19)

Assim, indago também se de fato existe uma pluralidade teórica no Serviço Social e se talvez não haja para além de um empecilho que se diz como “racismo institucional e estrutural” uma resistência epistêmica e racial na abordagem das temáticas dentro dos cursos.

Dentre as documentações utilizadas, poucas dão espaço a outras cosmopercepções e saberes construídos por diferentes epistemes.

Embora existam limites em relação aos Subsídios Para o Debate Étnico-Racial no Serviço Social, isso não quer dizer que seja um documento e uma produção teórica ineficaz aos currículos. É nítido que sua intenção não seja trazer insumos teóricos aprofundados, mas a dar possíveis caminhos, leituras e direcionamentos que cabe às UFAs e aos núcleos docentes incorporarem aos seus currículos as sugestões feitas pela ABEPSS.

Os desafio apesar de muitos e profundos têm sido enfrentados e disputados internamente na categoria e externamente, tendo em vista a importância das políticas sociais e públicas se voltarem para a questão étnico-racial. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido e sobretudo, transformar a questão étnico-racial em um eixo central tão importante quanto a “questão social”, compreendendo que são indissociáveis.

3. CAPÍTULO III: DESAFIOS E PERSPECTIVAS ACERCA DO DEBATE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

O presente capítulo tem como objetivo discorrer sobre a formação profissional e a questão étnico-racial. Neste sentido, serão analisados os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social filiados à ABEPSS.

O intuito é perceber como tem sido feita a inserção do debate na formação profissional e nos currículos a partir das recomendações feitas pela ABEPSS em 2018 a partir do documento “Subsídios Para o Debate sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social”.

Nesse contexto, o capítulo inicia-se sistematizando o percurso metodológico em que o grupo amostral é composto por um curso de cada uma das seis regionais da ABEPSS, os critérios de seleção das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs), foram definidos a partir das condições de presencialidade, PPPs/PPCs reformulados mais recentemente e caso houvesse empate, seria selecionado o curso mais antigo.

A partir dessa seleção, são apresentados quadros detalhados contendo o ano das últimas reformulações curriculares, de qual regional a UFA faz parte e a identificação das disciplinas que, em suas ementas, abordam direta ou indiretamente os descritores “raça”, “etnia”, “questão étnico-racial” e “racismo”.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e os três Núcleos de Fundamentação Teórica, são retomados entendendo que são os principais documentos que fundamentam e orientam a formação profissional e sua articulação necessária com o debate étnico-racial, conforme reafirmado pelos Subsídios de 2018. Essa retomada permite compreender de que maneira os princípios teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos previstos para a formação dialogam ou deixam de dialogar com um projeto formativo antirracista.

Outrossim, a análise dos dados se deu na perspectiva de como tem sido abordada e incorporada o debate étnico-racial nas disciplinas e ementas a partir das sugestões feitas pelo documento de 2018 da ABEPSS. Ou seja, se o tema tem sido transversalizado, centralizado e discutido articulado aos três núcleos de formação ou não.

Por fim, o capítulo discute o projeto de formação profissional e a consolidação de uma perspectiva crítica e antirracista no âmbito do Serviço Social.

3.1 Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social das regionais da ABEPSS e sua relação com o debate da questão étnico-racial

O item desenvolvido a seguir trata-se de uma análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), ou como se referem algumas instituições dos Projetos Pedagógico do Curso (PPCs) das seis Regionais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em que os critérios de seleção das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) filiadas à ABEPSS e seus respectivos PPPs/PPCs se deram por escolha dos Projetos reformulados mais recentemente dentre as **Universidades Públicas** de cada Regional e indiscutivelmente, todos de **cursos presenciais**, uma vez que todas as Unidades afiliadas da ABEPSS são de cursos presenciais.

No decorrer do trabalho outro critério de seleção foi adicionado em que se houvessem duas UFAs da mesma regional com PPP/PPC com revisão mais recente realizadas no mesmo ano, então a escolha para análise se deu pelo curso mais antigo.

Diante dos critérios de análise e seleção, apenas um curso de cada regional será escolhido para compor a amostra do trabalho, concluindo que serão, portanto, seis cursos.

O intuito desta análise é verificar se os PPPs/PPCs mais recentes incorporaram ou não em seus currículos as recomendações dadas pelo documento da ABEPSS “Subsídios para o Debate da Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social”.

Diante desse caminho metodológico, segue abaixo um total de 7 quadros onde consta a sistematização das UFAs afiliadas e o respectivo ano da última revisão curricular de cada uma delas.

QUADRO 1: REGIONAL I DA ABEPSS, UFAs E ANO DA ÚLTIMA REVISÃO DOS PPPs/PPCs.

Regional: Sul I	
UFA	Ano da última revisão curricular
Unipampa	2022
UFRGS	2008
UFSC	2013
Unioeste	2024
UEM	2022

Regional: Sul I	
UEL	2022
UFSM	2018
UNISINOS	sem acesso público no site da universidade
PUC RS	sem acesso público no site da universidade

QUADRO 2: REGIONAL II DA ABEPSS, UFAs E ÚLTIMO ANO DA REVISÃO DOS PPPs/PPCs.

Regional: Sul II	
UFA	Ano da última revisão curricular
UNESP	2022
UNIFESP	2023
PUC CAMPINAS	sem acesso público no site da universidade
PUC SÃO PAULO	sem acesso público no site da universidade

Fonte: autoria própria.

QUADRO 3: REGIONAL III DA ABEPSS, UFAs E ÚLTIMO ANO DA REVISÃO DOS PPPs/PPCs.

Regional III: Centro-Oeste	
UFA	Ano da última revisão curricular
UFTM	2010
UNB	2011 (diurno) 2013 (noturno)
PUC GOIÁS	2009

Fonte: autoria própria.

QUADRO 4: REGIONAL IV DA ABEPSS, UFAs E ÚLTIMO ANO DA REVISÃO DOS PPPs/PPCs.

Regional IV: Nordeste	
UFA	Ano da última revisão curricular
UFAL	2019
UFRB	2007
UFBA	2022
UECE	2017.1
IFCE	2013
UFPB	2016
UFPE	2007
UFRN	2019
UFS	2010
UERN	2022
UFCG	2013

Fonte: autoria própria.

QUADRO 5: REGIONAL V DA ABEPSS, UFAS E ANO DA ÚLTIMA REVISÃO DOS PPPs/PPCs.

Regional V: Norte	
UFA	Ano da última revisão curricular
UFAM	2012 (campus de Parintins) 2009 (campus de Manaus)
UFMA	2016
UFPA	2016
UFPI	2012 (revisão de 2023 aprovada ainda não disponível no site da universidade)
UFT	2023
UNITINS	2017
UERR	2018

Fonte: autoria própria

QUADRO 6: REGIONAL VI DA ABPSS, UFAs E ANO DA ÚLTIMA REVISÃO DOS PPPs/PPCs.

Regional: Leste	
UFA	Ano da última revisão curricular
UFES	2006
UFJF	2023
UFOP	2022 (campus Mariana)
UFF	2019 (campus goytacazes) 2007 (rio das ostras)
UERJ	sem acesso público no site da universidade
UFRJ	sem acesso público no site da universidade
UNIRIO	2009
UNIMONTES	2012
UFRRJ	2015
UFU	2023
PUC - MG	2012
UFVJM	2007

Fonte: autoria própria.

Dentre todas as UFAS afiliadas foram selecionadas apenas as instituições públicas e com currículo reformulado mais recentemente, sendo que das regionais que tiveram revisão no mesmo ano, o critério de desempate foi o curso mais antigo, conforme segue o Quadro a seguir, com a inclusão da informação do ano de criação dos cursos de Serviço Social e a regional à qual pertencem.

QUADRO 7: UFAS, ANO DA ÚLTIMA REVISÃO CURRICULAR E ANO DE CRIAÇÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL..

UFAS, ano de revisão curricular mais recente e ano de criação dos cursos de Serviço Social			
Regional	UFAS	Ano de revisão curricular	Ano de criação dos cursos de Serviço Social
Sul I	Unioeste	2024	1986
Sul II	UNIFESP	2023	2009
Centro-Oeste	UFG	2013	2009
Centro-Oeste	UNB	2013	1971 (diurno) 2010 (curso noturno)
Nordeste	UFBA	2022	2009
Nordeste	UERN	2022	1965
Norte	UFT	2023	2007
Leste	UFJF	2023	1958
Leste	UFU	2023	2009

Fonte: autoria própria.

A partir do quadro acima, foram selecionados os seguintes cursos de acordo com os critérios de ano da revisão curricular mais recente e curso mais antigo da regional:

QUADRO 8: REGIONAIS, UFAS, ANO DE REVISÃO CURRICULAR E ANO DE CRIAÇÃO DO CURSO.

Cursos Selecionados por Regional			
Regional	UFA	Ano de revisão curricular	Ano de criação do curso
Sul I	UNIOESTE	2024	1986
Sul II	UNIFESP	2023	2009
Centro-Oeste	UFG	2013	2009
Nordeste	UERN	2022	1965

Cursos Selecionados por Regional			
Norte	UFT	2023	2007
Leste	UFJF	2023	1958

Fonte: autoria própria.

A partir dos dados explicitados e da amostra final dos cursos, com seus respectivos PPPs/PPCs, foram utilizados os descritores de busca: raça, etnia, questão étnico-racial e racismo, para identificar se é e como esses conceitos e categorias são abordados, dado que os conteúdos dispostos nas ementas da matriz curricular serão analisados com o intuito de analisar se a questão étnico-racial consta e apresenta caráter transversal nos currículos.

Para isso, tem-se como referência para a realização desta análise as recomendações dadas ao ensino da questão étnico-racial que constam no documento da ABEPSS “Subsídios para o Debate Sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social” de 2018.

Isto posto, será feita uma breve retomada sobre as Diretrizes Nacionais Curriculares da Abepss de 1996 e os Núcleos de Fundamentação Teórica.

2.2. - Diretrizes Curriculares:

Estes princípios definem as diretrizes curriculares da formação profissional, que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a: **1.** Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; **2.** Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; **3.** Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; **4.** Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; **5.** Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABEPSS, 1996, p. 06)

Diante disso, destaca-se que os Núcleos de Fundamentação Teórica se dividem em três, sendo: 1) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira .3) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

3.1.1 - Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social: Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. (...)A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica em reconhecer as dimensões culturais ,

ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação. O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas. (Diretrizes Nacionais Curriculares, 1996, p. 10)

3.1.2. Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (Diretrizes Nacionais Curriculares, 1996, p. 11)

3.1.3 Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e *sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social*. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: *o objeto ou matéria prima* sobre a qual incide a ação transformadora; *os meios de trabalho* - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a *atividade do sujeito* direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer *o produto do trabalho profissional* em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social (...) Remete, pois, a um entendimento do Serviço Social que tem como *solo a história da sociedade*, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social. (ABEPSS, 1996, p. 12 e 13)

As Diretrizes Nacionais Curriculares é evidentemente o documento basilar para a construção de qualquer Projeto Político Pedagógico de Serviço Social no Brasil, seja para uma instituição pública ou privada, presencial ou à distância. É a partir deste documento que se consolidam os conteúdos teóricos básicos dos Núcleos de Fundamentação e que direcionam a formação profissional e a perspectiva ídeo-política e ética a qual se acredita que o profissional assistente social deva se formar.

Assim, serão apresentados os seis PPPs/PPCs com a carga horária total do curso, em que disciplina constam os descritores de busca: raça, etnia, questão étnico-racial e racismo, em qual núcleo de formação ela está incorporada.

QUADRO 9: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE).

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)					
Disciplina	Núcleo de Fundamentação	Obrigatória ou Optativa	Semestre	Carga Horária da disciplina	Carga Horária Total do Curso
Antropologia		Obg.	1º ano	34h	3262h
Questão Étnico Racial e Serviço Social		Obg.	2º ano	68h	
Serviço Social e Formação Sociohistórica do Brasil e América Latina		Obg.	2º ano	68h da série	

Fonte: autoria própria.

QUADRO 10: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO.

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)					
Disciplina	Núcleo de Fundamentação	Obrigatória ou Optativa	Semestre	Carga Horária da disciplina	Carga Horária Total do Curso
Gênero, Raça/Etnia e Classe	Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade	Obg.	5º termo	80h	3.360h

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)					
	Brasileira				
Formação Sócio-histórica Brasileira	Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira	Obr.	1º termo	80h (60h teóricas/ 20h práticas)	
Introdução ao Pensamento Filosófico	Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social	Obg.	1º termo	60h	
Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social	Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social	Obg.	2º termo		
Trabalho e Questão Social	Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social	Obg.	2º termo	80h	
Teoria Sociológica	Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social	Obg.	2º termo	80h	
Teoria Social de Marx	Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social	Obg.	3º termo	80h	
Fundamento	Núcleo de	Obg.	3º termo	80h	

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)					
s Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II – FHTM II	Fundamentos do Trabalho Profissional				
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III - FHTM III	Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	Obg.	4º termo	80h	
Pesquisa Social I	Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social	Obg.	3º termo	60h	
Pesquisa Social II	Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social	Obg.	4º termo	80h	
Ética Profissional	Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	Obg.	5º termo	80h	
Processos de Trabalho e Serviço Social	Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	Obg.	5º termo	80h	
Psicologia Social	Núcleo de Fundamentos Teórico-Met	Obg.	6º termo	80h	

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)					
	odológico da Vida Social				
Gênero, Raça/Etnia e Classe	Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira	Obg.	5º termo	80h	
Política Social I	Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira	Obg.	5º termo	80h	
Política Social II	Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira	Obg.	6º termo	80h	
Supervisão Acadêmica de Estágio I	Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	Obg.	6º termo	60h e 140h	
Supervisão Acadêmica de Estágio II	Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	Obg.	7º termo	60h e 140h	
Supervisão Acadêmica de Estágio III	Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	Obg.	8º termo	60h e 140h	

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)					
Planejamento Social	Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	Obg.	7º termo	60h	
Gestão Social	Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	Obg.	9º termo	60h	
Serviço Social e o Debate Contemporâneo	Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	Obg.	9º termo	80h	

Fonte: autoria própria.

QUADRO 12: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Universidade Federal de Goiás (UFG)	
Disciplina	Ementa
Não encontrada	Não encontrada

Fonte: autoria própria.

QUADRO 13: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)					
Disciplina	Núcleo de Fundamentação	Obrigatória ou Optativa	Semestre	Carga Horária	Carga Horária Total
Formação Econômica, Social e Política do Brasil	Não encontrado	Obg.	2º período	60h	3.000h

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)					
Patriarcado e racismo no Brasil	Não encontrado	Obg.	3º período	60h	

Fonte: autoria própria.

QUADRO 14: UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS

Universidade Federal de Tocantins (UFT)					
Disciplina	Núcleo de Fundamentação	Obrigatória ou Optativa	Semestre	Carga Horária	Carga Horária total
Formação Social, Econômica e Política do Brasil	Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	Obg.	1º período	60h	3.000h
Antropologia	Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social	Obg.	2º período	60h	
Questão Social e Serviço Social	Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	Obg.	3º período	60h	
Serviço Social, Direito e Legislação Social	Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade	Obg.	3º período	60h	

Universidade Federal de Tocantins (UFT)					
	brasileira				
Realidade Social da Amazônia, Povos e Comunidades Tradicionais	Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	Obg.	4º semestre	60h	
Serviço Social e Direitos Humanos	Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	Obg.	5º período	60h	
Seminários de Serviço Social e Relações de Gênero	Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	Obg.	7º período	60h	
Seminário de Relações Étnico-Raciais no Brasil	Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	Obg.	7º período	60h	

Fonte: autoria própria.

QUADRO 15: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)					
Disciplina	Núcleo de Fundamentação	Optativa ou Obrigatória	Semestre	Carga Horária	Carga Horária Total
Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade ³	Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	Obg.	6º semestre	60h	3.000h

Fonte: autoria própria.

Ademais, dos seis cursos avaliados, apenas um deles, o Curso da UNIFESP, faz parte das Ciências da Saúde, os demais estão situados nos Institutos e/ou Faculdades das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguagens e Artes ou Ciências Humanas/Ciências Humanas Aplicadas.

3.2 Avanços e limites do debate étnico-racial na formação em Serviço Social: uma análise a partir dos Projetos Pedagógicos pesquisados.

A partir dos dados coletados na amostra dos seis PPPs/PPCs das UFAS filiadas a ABPSS e do estudo das ementas encontradas por meio da pesquisa realizada com base nos descritores para identificação das disciplinas que tratam da temática étnico-racial, será feita uma análise baseada no documento “Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social” do ano de 2018.

A intenção dos critérios metodológicos para que fossem analisados os PPPs/PPCs com reformulação mais recente, era para que fosse possível analisar se as recomendações dadas para incorporação do debate étnico-racial de acordo com o documento de 2018.

Nesse intento, entende-se que quanto mais recente tenha sido feita a reformulação, maior probabilidade haveria de as orientações dos Subsídios terem sido devidamente incorporadas.

O documento “Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social” (2018) defende que os três núcleos de fundamentação teórica devem estar

³ No PPC do curso de 2023, na página 81 onde constam as ementas diz-se que a disciplina está a ser criada.

articulados entre si e articulados com a questão étnico-racial e que se constroem a partir do conceito de “totalidade histórica” e das particularidades relativas a nossa realidade, não apresentando senso de hierarquização entre eles.

Além disso, aponta também a profunda relação da questão étnico-racial com o dilema “trabalho” e “questão social”, onde se implica o próprio exercício profissional e o objeto de atuação, bem como o tensionamento “capital x trabalho” que está imbricado na questão étnico-racial e vice-versa.

Considerando que a questão étnico-racial se constitui como um elemento estruturante das relações sociais e, assim, deve ser apreendida com profundidade e em toda a sua complexidade histórica, é subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisas e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma gradativa e efetiva superação da secundarização ou “tematização” da questão étnico-racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade. Vários estudos apontam para os riscos desta fragmentação e silenciamento secundarização do debate na formação no Serviço Social no âmbito da graduação e da pósgraduação e, nesse sentido, podemos citar Rocha (2014), Almeida (2016), Dias Almeida (2015), dentre outras. Cabe destacar que em cada um dos Núcleos de Fundamentação precisam comparecer conteúdos que sustentem uma formação antirracista. (ABEPSS, 2018, p.19)

Diante disso, sugere ainda que as regionais incentivem as UFAS a fomentar pesquisadores, núcleos de pesquisa, participação dos Grupos de Trabalho dos congressos sobre a temática e que houvesse engajamento na campanha feita no ano de 2018 “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”.

Sugere ainda, que as regionais incentivem as UFAS a fomentar pesquisadores, núcleos de pesquisa, participação dos Grupos de Trabalho dos congressos sobre a temática e que houvesse engajamento na campanha feita no ano de 2018 “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” (ABEPSS, 2018, P. 22)

Ao final do documento, como apresentado no capítulo antecessor, são dadas algumas sugestões sobre como pode ser incorporado o debate étnico-racial nos cursos.

É importante ressaltar que a contribuição de maior relevância do documento foi centralizar a questão étnico-racial e sugerir que ela fosse efetivamente transversalizada nos currículos e não somente pontuada, chamando atenção para articulação entre os conceitos e categorias que compõem os núcleos de fundamentação e a importância de estar presente nos três eixos da formação e na compreensão de como se desdobra a temática nas três dimensões do Serviço Social, ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica.

Diante desta breve contextualização do documento e sobre como é abordada e concebida a questão racial e sua relação com a formação e o exercício profissional, sigamos adiante com algumas considerações a partir da análise do conteúdo encontrado nos

PPPs//PPCs pesquisados.

Foram identificadas ao todo 39 disciplinas que tratam do tema, em que 8 são especificamente sobre a temática e 31 abordam o tema na ementa.

O único Projeto Pedagógico que não mencionou em nenhuma ementa os descritores (raça, etnia, questão étnico-racial e racismo) foi a Universidade Federal de Goiás, que é também a que tem PPP/PPC mais antigo dentro do grupo amostral.

A Universidade Federal de Juiz de Fora só teve uma disciplina obrigatória em que constavam os descritores da temática, sendo um dos cursos mais antigos e com o PPP/PPC mais recente. Destaca-se ainda que a única disciplina específica sobre a temática é ministrada um semestre antes da primeira oferta de estágio obrigatório e no Projeto Pedagógico consta como “a ser criada”.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Norte possui duas disciplinas obrigatórias que se enquadram nos critérios, sendo uma com temática específica e outra aborda o tema na ementa, são também anteriores à primeira oferta de estágio obrigatório. A UERN, na disciplina “FHTM II” traz o descritor, “europeu”, que por rigor metodológico e compreensão do conteúdo desta disciplina não foi incorporado ao quadro, porém, vale dizer que é também um grupo racialmente identificado.

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná apresentou três disciplinas, sendo as três obrigatórias, em que são ofertadas anteriormente ao estágio. Dentre as três disciplinas, duas são especificamente sobre a questão étnico-racial.

A Universidade Federal de Tocantins tem seis disciplinas obrigatórias no currículo que abordam a temática, que vão do primeiro ao sétimo semestre, ou seja, antecedem os estágios obrigatórios e são dadas no mesmo período dos estágios. Das seis disciplinas, três são sobre a temática e as outras três trazem o tema nas ementas.

A Universidade Federal de São Paulo teve vinte e quatro disciplinas obrigatórias que abordam a temática étnico-racial, dentre elas, “supervisão de estágio acadêmico I e II”. Apenas uma das disciplinas aborda a temática diretamente, as outras vinte e três trazem o tema no corpo da ementa.

De acordo com este cenário, as Universidades de Tocantins e São Paulo foram as que mais abordaram a questão racial. A Universidade de Tocantins contempla em sua matriz curricular disciplinas fundamentais para a compreensão do território em que atuam as/os assistentes sociais e sobretudo pela proximidade com outros Estados do Norte do Brasil em que o contingente de populações tradicionais, indígenas e quilombolas é significativamente maior que no restante do país. Isto é, conseguem trazer a perspectiva da particularidade para

os currículos.

Embora a Universidade de Tocantins tenha feito uma boa inserção da questão étnico-racial em seu currículo, ainda não tem a centralidade esperada, visto que os outros núcleos de formação ainda não foram contemplados com a perspectiva de etnicidade e racialidade.

Vale ressaltar que o Núcleo que mais obteve disciplinas que abordam a temática foi o “Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica brasileira”.

Por fim, e o mais importante, a Universidade Federal de São Paulo, foi a única dentre o grupo amostral que efetivamente incorporou e transversalizou o debate étnico-racial no currículo de formação.

O Projeto Político Pedagógico do Curso da UNIFESP é irretocável no que concerne a uma formação antirracista. A temática está presente em todos os núcleos, do começo ao final da graduação, sendo que as ementas de estágio também incorporam os descritores.

É válido dizer que o próprio PPP/PPC da UNIFESP aponta que a reformulação do curso busca ativamente incorporar e transversalizar o debate em toda a formação, logo, em toda a matriz curricular e nos projetos de extensão. Colocam ainda que esta decisão surge por demanda dos movimentos negros, feministas e do corpo discente, além de citar a lei de Ensino de Cultura e História Afro-brasileira (Lei 10.3639), que também é abordada nos Subsídios da ABEPSS de 2018.

Portanto, considera-se que a Universidade Federal de São Paulo, não só cumpre com os aparatos legais, como incorpora integralmente as recomendações feitas pela ABEPSS e vai além do sugerido. Nesse sentido, aponta-se que esta é a única dentre as seis UFAS que tem o currículo que efetivamente incorporou a educação e a formação voltada para o conhecimento aprofundado das relações étnico-raciais, o antirracismo e a questão étnico-racial.

No geral, o esforço de incluir a temática é muito incipiente concretamente no âmbito da formação profissional.

Alguns limites de pesquisa se dão na análise somente das ementas e não das bibliografias. Todavia, apontamos que há um sentido para isto pois não estávamos em busca do currículo oculto, mas sim de como o tema é abordado na formação profissional.

Outro limite se dá na busca pelos descritores, para que coubesse talvez a utilização do termo “branquitude” ou outros relacionados, já que no PPP/PPC da UERN, na disciplina “FHTM II” traz o descritor, “europeu”, que por rigor metodológico e compreensão do conteúdo desta disciplina não foi colocado no quadro, vale dizer que é também um grupo racialmente identificado.

Ademais, os dados pesquisados mostram que majoritariamente os avanços existem, mas são poucos. Porém, é possível apontar ao mesmo tempo que havendo comprometimento ético-político e teórico-metodológico com o que é a “questão social” e a questão étnico-racial indissociavelmente, é possível construir um Projeto Político para o Curso que esteja ancorado no que se entende como “totalidade”, bem como com o direcionamento da profissão.

Deste modo, fica como inspiração para outras Universidades e cursos o Projeto Político Pedagógico do Curso da Universidade Federal de São Paulo, e para que nós acreditemos que os entraves (lê-se racismos) institucionais e corporativos não sejam impossibilidades para a construção de um currículo antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a incorporação dos subsídios da ABEPSS, publicados em 2018, para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social, tendo como referência os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Graduação das Regionais da ABEPSS.

Para alcançar tais objetivos, tornou-se necessário desenvolver o trabalho a partir da fundamentação teórica acerca das categorias de “raça” e “etnia”, bem como das disputas contemporâneas que tensionam as categorias “negro” e “pardo”, o significado de etnia e as formas como são compreendidas as identidades indígenas no Brasil. Buscou-se, ainda, evidenciar as aproximações sócio históricas desses grupos identitários entendidos como “não brancos” e a construção da hegemonia da branquitude, analisando suas formas de operar simbolicamente através da raça, do poder e da opressão.

Além disso, utilizou-se o conceito de formação social brasileira para aproximar a perspectiva materialista histórico-dialética da discussão étnico-racial, possibilitando refletir sobre a construção das classes sociais no Brasil, marcada estruturalmente pela desigualdade étnico-racial.

Considerando que o objeto desta pesquisa “A incorporação dos subsídios da ABEPSS de 2018 para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Serviço Social” e que a profissão se insere no conjunto das ciências sociais aplicadas, buscou-se compreender como tais cursos têm dialogado ou não com as determinações étnico-raciais estruturantes da sociedade brasileira.

A análise dos PPCs dos Cursos de Serviço Social, pesquisados conforme os critérios explicando no decorrer deste trabalho, evidenciou a importância de avançar na incorporação efetiva das recomendações da ABEPSS (2018) para o debate étnico-racial, fortalecendo uma formação profissional crítica, antirracista e comprometida com a historicidade e complexidade das relações raciais no Brasil.

No que se refere à análise dos PPCs, é importante reconhecer o limite desta pesquisa, cujo grupo amostral foi restrito: apenas um curso por regional da ABEPSS foi selecionado, totalizando seis universidades, com os critérios de presencialidade, ser instituição pública e possuir PPC reformulado mais recentemente, aplicando-se ainda um critério de desempate

caso houvesse dois documentos do mesmo ano na mesma regional. As universidades analisadas foram: UEM, UNIFESP, UERN, UFT, UFG e UFJF.

Assim como o limite de ter focado mais na questão racial do que étnica, por condição de escassez de tempo de um TCC.

A partir dos documentos institucionais, foi possível identificar como tem ocorrido o esforço de implementação dos subsídios para o debate étnico-racial da ABEPSS nos cursos de formação. Observou-se que muitos PPCs ainda deixam a desejar no que tange à inserção da temática étnico-racial de modo central e transversal aos núcleos de fundamentação.

Na maior parte das vezes, a questão étnico-racial aparece articulada às categorias de raça e classe, associada a esforços de inserção do debate em disciplinas obrigatórias dos cursos, o que acentua uma boa abordagem da temática no que se refere a dialeticidade das categorias. Apesar desses movimentos, nota-se que, mesmo nos cursos analisados que revisaram seus PPCs nos últimos três anos, embora os descritores de busca estejam presentes na maioria dos cursos, a incorporação efetiva da temática racial enquanto elemento fundamental da estrutura curricular ainda é incipiente.

Alguns dos PPCs analisados apresentam a temática racial de forma bastante tímida, enquanto outros sequer a abordam. Há, ainda, aqueles que, embora insiram o debate de maneira mais ampla, tendem a secundarizá-lo no interior da estrutura curricular.

Todavia, a UNIFESP destacou-se ao apresentar um currículo exemplar, no qual implementou integralmente as sugestões contidas no documento “Subsídios para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social”. A instituição não apenas atendeu às recomendações, como também ampliou sua aplicação, extrapolando a métrica proposta.

Deste modo, considera-se que, dentre os currículos analisados, o único que cumpriu adequadamente as sugestões e de fato centralizou a temática étnico-racial, incorporando de maneira efetiva uma perspectiva interseccional na formação profissional, foi o da Universidade Federal de São Paulo.

A Universidade Federal de Tocantins apresentou boa inserção da temática nas disciplinas em relação aos outros currículos analisados, entretanto não há de fato uma transversalidade e centralidade no que se refere a questão étnica e racial. Além disso, não há articulação do tema entre os três núcleos de formação. O que nos faz perceber que apesar do esforço, alguns requisitos básicos nas orientações do documento da ABEPSS não foram incorporados.

Essa constatação evidencia uma lacuna ainda persistente e profunda entre os cursos de Serviço Social no que se refere à incorporação da questão étnico-racial em seus projetos formativos. Contudo, ao mesmo tempo, aponta a existência de um referencial sólido e já implementado, como o da UNIFESP, que pode orientar a reformulação dos próximos PPCs das demais instituições.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. Vitória, ES, 2018. 24 p. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 4 dez. 2025.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Conceição; Pólen, 2019.
- SILVIO ALMEIDA. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento ; Justificando, 2018.
- ALMAPRETA. No Brasil, 74% dos adolescentes em unidades socioeducativas são negros. AlmaPreta, 2025. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/no-brasil-74-dos-adolescentes-em-unidades-socioeducativas-sao-negros/>. Acesso em: 04 dez. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. Abepss – site oficial. Disponível em: <https://abepss.org.br/>. Acesso em: 02 dez. 2025.
- BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Questão social e direitos. Serviço social, 2009.
- BENTO, Cida. O pacto da branquitude. Companhia das letras, 2022.
- BISPO SANTOS, Antonio. Colonização, Quilombos: modos e significados. Teresina: Editora COMEPI, 2007.
- CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.
- CÉSAIRE, Aimé. Discursos sobre el colonialismo. Ediciones Akal, 2006.
- CORATO, Carmen. Formação social brasileira: interface com as relações raciais. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, n. 46, 2020.
- COSTA, Sérgio. A construção sociológica da raça no Brasil. Estudos afro-asiáticos, v. 24, p. 35-61, 2002.
- DA SILVA, Sandra Regina Vaz et al. Contribuições de Clóvis Moura para o Serviço Social brasileiro: por uma formação antirracista. Lutas Sociais, v. 27, n. 50, p. 145-160, 2023.

DE DIRETRIZES CURRICULARES, Lei. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. 1996.

DE JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. Quarto de despejo: diário de uma favelada. Livraria F. Alves, 1960.

DE PAULA LABORNE, Ana Amélia. Branquitude e colonialidade do saber. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 6, n. 13, p. 148-161, 2014.

DE SERVIÇO SOCIAL, Conselho Federal. Código de ética do assistente social: Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. CFESS, 2006.

DO AMARAL, Wagner Roberto; BILAR, Jenifer Araujo Barroso. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, n. 46, 2020.

ELIAS, Michelly; ALVES, Elaene. Desafios da formação profissional em Serviço Social no contexto brasileiro da pandemia da covid-19. Serviço Social & Sociedade, p. 71-90, 2022.

ELPÍDIO, Maria Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. Revista Katálysis, v. 23, n. 03, p. 519-527, 2020.

ELPÍDIO, Maria Helena; ROCHA, Roseli; VALDO, José Paulo da Silva. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social. 2018.

EURICO, Márcia Campos. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, n. 140, p. 48-65, 2021.

FERNANDES, Florestan. CAPITALISMO DEPENDENTE: e classes sociais na América Latina. 1981.

FERREIRA, Edimara Maria; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; FERREIRA, Marco Aurelio Marques. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. Revista Katálysis, v. 25, n. 2, p. 303-315, 2022.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. Aletria: revista de estudos de literatura, v. 9, p. 38-47, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

- GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. *Revista Katálisis*, v. 21, p. 514-522, 2018.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Comunicação & Cultura*, n. 1, p. 21-35, 2006.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, p. 608-639, 2014.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Questão social” no Brasil: relações sociais e desigualdades. **ConCiencia Social**, v. 2, n. 3, p. 27-44, 2018.
- IANNI, Octavio. Dialética das relações raciais. *Estudos avançados*, v. 18, p. 21-30, 2004.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2020.
- KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 1-18, 2009.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Editora Companhia das letras, 2019.
- LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. *Educação & Sociedade*, v. 33, p. 1157-1173, 2012.
- LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.
- LEI No 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.
- LEI No 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993.
- LEI Nº 581, DE 4 DE SETEMBRO DE 1850.
- LIMA, Rita de Lourdes de. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. *Serviço Social & Sociedade*, p. 45-68, 2014.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & ensaios*, n. 32, p. 122-151, 2016.
- MIGUEL, Sylvia, “Racismo é dupla morte”, diz Kabengele Munanga — Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, [Iea.usp.br](https://www.iea.usp.br/noticias/racismo-causa-dupla-morte-munanga), disponível em: <https://www.iea.usp.br/noticias/racismo-causa-dupla-morte-munanga>. acesso em: 28 nov. 2025.
- MOTA, Clarice Novaes da. Ser indígena no Brasil contemporâneo: novos rumos para um velho dilema. *Ciência e Cultura*, v. 60, n. 4, p. 22-24, 2008.

- MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: quilombos insurreições guerrilhas. (No Title), 1959.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira, 2004.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social e Saúde, v. 4, p. 141-160, 2006.
- OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. Estudos avançados, v. 18, p. 57-60, 2004.
- ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. Serviço Social & Sociedade, n. 133, p. 413-431, 2018.
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Moodle PUCRS. Disponível em: <https://moodle.pucrs.br/course/index.php?categoryid=704>. Acesso em: 02 dez. 2025.
- REZENDE, Juliano Zancanelo. Serviço social e questão racial: uma relação ainda a ser melhor ativada. Revista Tempo Amazônico, v. 5, n. 2, jan.–jun. 2018, p. 84-95.
- ROCHA, Gabriel dos Santos. Rebeliões da Senzala de Clóvis Moura: Uma abordagem histórica da luta de classes no Brasil. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, v. 25, 2020.
- SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. Revista usp, n. 53, p. 117-149, 2002.
- SILVA, Sandra Regina Vaz da; FAGUNDES, Gustavo. Clóvis Moura ea questão social no Brasil. Revista Katálisis, v. 25, n. 2, p. 222-231, 2022.
- SOCIAL, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO. Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022.
- THEODORO, Mário. A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.
- AGÊNCIA BRASIL.** Operação supera Massacre do Carandiru em violações, diz deputada. **Agência Brasil,** 30 out. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitoshumanos/noticia/2025-10/operacao-supera-massacre-do-carandiru-em-violacoes-diz-deputada>. Acesso em: 30 out. 2025.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT).** Que categorias o Censo IBGE utiliza para raça e cor. In: **Sementes da Equidade.** [Brasília]: TJDFT, 2025. Disponível em:

<https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/que-categorias-o-censo-ibge-utiliza-para-raca-e-cor>. Acesso em: 15 set. 2025.

Com certeza. A lista completa de referências a seguir foi organizada em **ordem alfabética** e formatada com o rigor da **NBR 6023 (ABNT)**, sem nenhuma alteração no conteúdo de cada entrada.

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA (EMESCAM). Serviço Social. Vitória, ES, [2025]. Disponível em: <https://emescam.br/graduacao/servico-social/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). Campus Iguatu. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social: Bacharelado. Iguatu, CE, 2022. Disponível em: https://acervo.ifce.edu.br/iguatu/estudante/ppc/ppp-graduacao_servico-social.pdf/view. Acesso em: 2 dez. 2025.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS (PUC-Campinas). Serviço Social. Campinas, 2025. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/graduacao/servico-social/>. Acesso em: 2 dez. 2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS (PUC Goiás). Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social: Bacharelado. Goiânia, GO, 2009. Disponível em: https://sistemas.pucgoias.edu.br/sistemas/concursos/editais/61218-prograd/1531168525567_ppc-servico-social.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC Minas). Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Serviço Social. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, bacharelado. Belo Horizonte, MG, 2012. Disponível em: <https://www.pucminas.br/servicosocial/SiteAssets/Paginas/Caracteristicas-do-curso/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20Servi%C3%A7o%20Social.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-Rio). Departamento de Serviço Social. Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Serviço Social, bacharelado. Rio de Janeiro, RJ, 2022. Disponível em:

http://www.ser.puc-rio.br/Vers%C3%A3o_Final_PPC_Servi%C3%A7o_Social_1.pdf.

Acesso em: 2 dez. 2025.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS).

Moodle PUCRS. Disponível em: <https://moodle.pucrs.br/course/index.php?categoryid=704>.

Acesso em: 02 dez. 2025.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP). Serviço Social.

São Paulo, Disponível em: <https://www.pucsp.br/graduacao/servico-social>. Acesso em: 2 dez.

2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT).

Que categorias o Censo IBGE utiliza para raça e cor. In: **Sementes da Equidade**. [Brasília]:

TJDFT, 2025. Disponível em:

<https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/que-categorias-o-censo-ibge-utiliza-para-raca-e-cor>. Acesso em: 15 set. 2025.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). Departamento de Serviço Social. Projeto Político

Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social Noturno. Brasília, DF, 2013.

Aprovado pela Resolução CEPE nº 016/2013 e Resolução CONSUNI nº 0020/2013.

Disponível em:

http://ser.unb.br/images/Documentos/PPP_Servico_Social_UnB_curso_noturno.pdf. Acesso

em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). Instituto Ciências Humanas. Departamento de

Serviço Social. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social Diurno.

Brasília, DF, 2011. 115 p. Disponível em:

http://www.ser.unb.br/images/Documentos/PPP_ServioSocial_UnB_curso_Diurno.pdf.

Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ). Faculdade de Serviço

Social. ::FSS:: Faculdade de Serviço Social - UERJ. Rio de Janeiro, RJ, [2025]. Disponível

em: <https://www.fss.uerj.br/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN). Projeto

Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social – Bacharelado – Presencial – Campus

Central. Mossoró, RN: Departamento de Serviço Social, 2022. Aprovado pela Resolução nº

52/2022-CONSEPE, de 06 de julho de 2022. Disponível em:

<https://portal.uern.br/proeg/wp-content/uploads/2023/07/PPC-Servico-Social-2023.pdf>.

Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO). Centro de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Serviço Social. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, bacharelado. Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em:

<https://www.unirio.br/prograd/ppc-dos-cursos-de-graduacao/ProjetoSERVIOSOCIAL.pdf>.

Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS). Serviço Social — Graduação São Leopoldo. Disponível em:

<https://www.unisinos.br/graduacao/servico-social/sao-leopoldo>. Acesso em: 02 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). Pró-Reitoria de Graduação. Projeto Pedagógico de Curso (Relatório Sistêmico): [Curso referente ao ID 6]. Campina Grande, PB, [s.d.]. Disponível em:

<https://sistemas.uepb.edu.br/carelatorios/RelatorioPPC?id=6&rl=RelatorioPPC>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL). Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Resolução N. 21, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 06 de abril de 2022. [Ementa/Título Completo da Resolução, conforme o documento]. Londrina, PR, 2022. Disponível em:

https://sites.uel.br/prograd/wp-content/uploads/documentos/resolucoes/2022/resolucao_21_2_2.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM). [PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIA]. Maringá, PR, 2023. Disponível em:

https://www.pen.uem.br/site/public/assets/files/19944F3D475A0C509C267FE117F4A9F8/20230524_142358-servicosocial.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX). Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, bacharelado. Montes Claros, MG, 2019. Aprovado pela Resolução nº 003-CEPEX/2019, de 20 de fevereiro de 2019. Disponível em:

https://unimontes.br/wp-content/uploads/2019/04/resolucao_cepex003.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE).

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]. \[Cascavel, 16 de maio de 2024.]]

, . Disponível em:
<https://midas.unioeste.br/sgav/arqVrtConteudo/download?arqCntCodigo=858086>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA (UERR). Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social. Boa Vista, RR, 2018. Aprovado pela Resolução Ad Referendum nº 048 de 29/11/2018, referendada pela Resolução Nº 002 de 19 de fevereiro de 2019. Disponível em:

https://ementario.uerr.edu.br/assets/docs/048_resoluCAo_ad_48_-_anexo_ppc_serviCo_soci_al1.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS (UNITINS). Pró-Reitoria de Graduação. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC-CSS-2018): Câmpus de Palmas. Palmas, TO, 2017. Disponível em:

<https://www.unitins.br/cms/Arquivos/Download/0721977811B3BDF0CF55FA60B5E908A74E552D83>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" (UNESP). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS). Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social. Franca, SP, [2022]. Disponível em:
<https://www.franca.unesp.br/Home/ensino/graduacao/ppp-curso-de-s-social-fchs.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE). Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA). Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social – Bacharelado [Atualização 2015]. Fortaleza, CE, 2015. Disponível em:
<https://www.uece.br/cesa/servico-social/servicos-e-informativos/projeto-pedagogico-do-curso/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). Instituto de Psicologia. Projeto Pedagógico de Curso de Serviço Social (PPC 2022). Salvador, BA, 2023. Disponível em:
https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/ppc_servico_social_2023.1_e_anexos-1_0.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). Faculdade de Serviço Social (FSSO). Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Maceió, AL, 2019. Disponível em:

https://fsso.ufal.br/graduacao/servico-social/documentos/projeto-pedagogico/copy_of_ppc-2019/view. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM). Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ). Curso de Serviço Social. Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social. Parintins, AM, 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XWZq2Pg2RCH8pdjaVEOwun52m6qtCSow/view>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM). Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG). Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Manaus, AM, 2023. Disponível em: <https://edoc.ufam.edu.br/handle/123456789/7234>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). Centro de Ciências Jurídicas e Sociais. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social – Bacharelado – Campus Sousa. Sousa, PB, 2013. Currículo aprovado pela Câmara Superior de Ensino em 10 de março de 2014. Disponível em: https://www.portal.ccjs.ufcg.edu.br/images/Cursos/DOC_SS/PPC-Servio_Social.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Serviço Social. Colegiado do Curso de Serviço Social. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social: Reestruturação Curricular da Graduação. Vitória, ES, 2006. Disponível em: https://servicosocial.ufes.br/sites/servicosocial.ufes.br/files/field/anexo/projeto_pedaggico_do_curso_de_servio_social_-_versao_2002.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Departamento de Serviço Social de Campos. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social. Campos dos Goytacazes, RJ, 2019. Disponível em:

<http://servicosocialcampos.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/364/2019/04/Projeto-Pedag%C3%B3gico-do-curso-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-em-Servi%C3%A7o-Social.pdf>.

Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). Pólo Universitário de Rio das Ostras. Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Rio das Ostras, RJ, 2007. Disponível em:

<http://ihs.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/47/2019/08/Curso-Servi%C3%A7o-Social-Projeto-Pedagogico-UFF-Rio-das-Ostras.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC). Resolução CEPEC n. 1196, de 12 de julho de 2013. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, modalidade Presencial, grau acadêmico Bacharelado, do Câmpus Cidade de Goiás, para os alunos ingressos a partir de 2009. Goiânia, GO, 2013. Anexo. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/190/o/PPC_Oficial_-_Bac_Servi%C3%A7o_Social.pdf.

Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). Faculdade de Serviço Social. Projeto Político-Pedagógico. Juiz de Fora, MG, 2023. Disponível em:

<https://www2.ufjf.br/facsocial/wp-content/uploads/sites/521/2022/05/Projeto-Pedag%C3%B3gico-2023-Faculdade-de-Servi%C3%A7o-Social.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). Centro de Ciências Sociais. Departamento de Serviço Social. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFMA. São Luís, MA, 2016. Disponível em:

<https://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/ci4HborbVfrktRv.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). [RESOLUÇÃO CONSEPE N.º 154, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010]. Cuiabá, MT, [2010]. Disponível em:

<https://cms.ufmt.br/files/galleries/152/R2785e06ef2e692cbc006beaaef9837796518d423.pdf>.

Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Mariana, MG, 2022. Disponível em:

https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CONEC_76_ANEXO_0.pdf. Acesso

em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Campus Universitário do Marajó-Breves. Faculdade de Serviço Social. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social: (Resolução CONSEPE n.º 4910/2017). Breves, PA, 2017. Disponível em:

https://www.campusbreves.ufpa.br/images/documentos_institucionais/PPC_Servico_Social_2017.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Resolução n.º 10/2017: Aprova o Projeto

Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, Bacharelado, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus I, desta Universidade. João Pessoa, PB, 08 de maio de 2017. Disponível em: http://plone.ufpb.br/css/contents/documentos/rsep10_2017.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Projeto Pedagógico do Curso: [Nome do Curso e data de aprovação não identificados – arquivo PROJETO PEDAGOGICO 2.pdf]. Recife, PE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/20194/0/PROJETO+PEDAGOGICO+2.pdf/5cfd033b-8132-4751-a697-9bfc3dadbfca>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL). [Notícia: Aprovado Novo Projeto Político Pedagógico]. Teresina, PI, 11 ago. 2023. Informa aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social, conforme Resolução CEPEX/UFPI N° 512, de 12 de junho de 2023. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=74204¬icia=495124300. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB). Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Recôncavo da Bahia, BA, [2007]. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/servicosocial/documento/category/3-projetopedagogico>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). Departamento de Serviço Social. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Natal, RN, [s.d.]. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=2000068. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Escola de Serviço Social. Grade, Currículo e Fluxograma. Rio de Janeiro, RJ, [2025]. Disponível em: <https://ess.ufrj.br/index.php/grade-curriculo-e-fluxograma>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). [Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social]. Disponível em: <https://www1.ufrgs.br/RepositorioDigitalAbreArquivo.php?78FA1E754612&115>. Acesso em: 02 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social. Seropédica, RJ, 2015. Aprovado pela Deliberação nº 79, de 11 de maio de 2015. Disponível em:

http://www.ufrrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2015/Delib079CEPE2015.pdf

. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Departamento de Serviço Social. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social. Florianópolis, 2012. Disponível em:

<https://dssestagio.paginas.ufsc.br/files/2012/11/Projeto-Pedag%C3%B3gico-do-Curso-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-em-Servi%C3%A7o-Social.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Centro de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de Serviço Social. Projeto Pedagógico de Curso Serviço Social. Bacharelado (Noturno). Santa Maria, RS, 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/476/2020/12/PPC-DO-CURSO-DE-SERVICO-SOCIAL.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). Instituto Saúde e Sociedade. Curso de Serviço Social. Projeto Político Pedagógico do Curso Serviço Social: PPPC-2023. Santos, SP, 2023. Disponível em: https://unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/PPPC_2024_SERVICO_SOCIAL1.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE). Resolução nº 22/2010/CONEPE: Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, Modalidade Bacharelado, noturno, e dá outras providências. São Cristóvão, SE, 30 abr. 2010. Disponível em: <https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=33262&key=900ec97d3f9fb2297024b2d22dec81df>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS). [Título do Documento e/ou Nome do Curso]: [Identificação/Ano de Publicação não explícitos]. São Cristóvão, SE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=0&key=ec90c38b46a0c0fd962ed5d43a03ae04>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CONSEPE). Resolução nº 76/2023: Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Serviço Social, Câmpus de Miracema. Palmas, TO, 2023. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/s/31M0jFYxSw6ihzz3-jJtoQ>. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social (FACES). Curso de Serviço Social. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social. Ituiutaba, MG, 2023. Disponível em: https://faces.ufu.br/system/files/conteudo/3_ppc_ss2023projetopedagogicoss_2024_2.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (Campus do Mucuri). Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social. Teófilo Otoni, MG, 2007. Aprovado pela Portaria da UFMG nº 120, de 22/02/2007. Disponível em: https://www.ufvjm.edu.br/cursos/historia/resolucoes-do-curso/doc_view/58-projeto-pedagogico-servico-social-.html. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Bagé: UNIPAMPA, 2017. Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/files/2017/05/ppc-servico-social-unipampa.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2025.

Apêndice A - Ementas das disciplinas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Antropologia: Antropologia social e cultural: expressões étnico raciais, indígenas, afro-brasileira na formação da sociedade brasileira. Cultura popular, identidades regionais e multiculturais.

Questão Étnico Racial e Serviço Social: Raça/etnia, racismo e capitalismo. Os fundamentos sociohistóricos do racismo no Brasil. O racismo e suas expressões na vida social contemporânea: desigualdades, preconceitos, discriminação e intolerância religiosa. Os movimentos sociais de resistência negra e indígena. Políticas indigenistas, indígenas e políticas afirmativas de igualdade racial. O Serviço Social frente à questão étnico-racial.

Serviço Social e Formação Sociohistórica do Brasil e América Latina: Herança escravista e colonial da sociedade brasileira e constituição do Estado nacional. A particularidade do processo de inserção brasileira nas relações capitalistas de produção. Capitalismo dependente. Superexploração do trabalho. Ditaduras, democratização e lutas sociais na América Latina. O Serviço Social na América Latina.

Apêndice B - Ementas das disciplinas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Formação Sócio-histórica Brasileira: Formação social, política e econômica do Brasil na perspectiva histórico- crítica com destaque para a construção da cultura e identidade nacional. Lutas indígenas e negras contra o regime escravista. Racismo como componente estrutural da sociabilidade brasileira e a luta de classes.

Introdução ao Pensamento Filosófico: As origens da filosofia: da África Negra a Aristóteles. Ontologia e metafísica. Helenismo e sabedoria. Idade Média: filosofia e teologia. Reflexão filosófica e atitude crítica na modernidade. Pilares do pensamento ocidental na atualidade: totalitarismos, ideologias e linguagens.

Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social: Pressupostos filosóficos que influenciaram ou influenciam o Serviço Social brasileiro: da gênese à atualidade. O pensamento aristotélico-tomista. Neotomismo e o humanismo cristão. O pensamento positivista/funcionalista. Fenomenologia, existencialismo e análise fenomenológica do

racismo. Dialética e ontologia do ser social em Marx.

Trabalho e Questão Social: Trabalho como categoria fundante da sociabilidade humana. A divisão social, sexual e racial do trabalho na sociedade de classes. Acumulação capitalista, desigualdades de classes, raça e gênero e, questão social na particularidade brasileira. Trabalho e Questão social - implicações para o Serviço Social.

Teoria Sociológica: A sociologia e as principais correntes teóricas que influenciaram a formação do pensamento sociológico: Augusto Comte, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. A importância da sociologia para a compreensão das transformações da sociedade burguesa, classista, racista e heteropatriarcal

Teoria Social de Marx: teoria e método em Marx. Materialismo histórico e dialético. A produção e reprodução das relações sociais. A sociedade burguesa e seus antagonismos de classe, raça, gênero e sexualidades. Produção material e produção da consciência. A divisão do trabalho, práxis e alienação. A teoria do valor trabalho. Luta de classes e ideologia.

Teoria Política: Poder e Política. A Formação do Estado Moderno. Contribuição teórica dos clássicos da Ciência Política - Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Karl Marx e Gramsci – para o debate sobre o Estado e Sociedade Civil, democracia, representação, cidadania, participação política e soberania. Capitalismo e racismo.

Pesquisa Social I: Natureza, método e processo de construção de conhecimento. Importância da Pesquisa, considerando as dimensões de classe, raça, gênero e sexualidades, na Produção do conhecimento para o Serviço Social. Tipologia da pesquisa social. Técnicas de investigação em pesquisa social: metodologias e instrumentais. Elaboração do projeto de pesquisa.

Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III - FHTM III: O processo de renovação do Serviço Social brasileiro em tempos de Reconceitualização na América Latina. A intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão. A construção do projeto ético-político profissional nos marcos históricos, teóricos e políticos: antirracista, antipatriarcal, anticapitalista.

Pesquisa Social II: A pesquisa como processo de conhecimento das expressões da questão social, suas manifestações específicas na realidade do município e região, considerando as dimensões de classe, raça, gênero e sexualidades. Referencial teórico do objeto de estudo. Coleta, sistematização, análise e interpretação de dados.

Política Social I: Natureza, método e processo de construção de conhecimento. Importância da Pesquisa, considerando as dimensões de classe, raça, gênero e sexualidades, na Produção do conhecimento para o Serviço Social. Tipologia da pesquisa social. Técnicas

de investigação em pesquisa social: metodologias e instrumentais. Elaboração do projeto de pesquisa.

Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II – FHTM

II: Constituição e desenvolvimento da profissão nos marcos da expansão do capitalismo racista, heteropatriarcal e a particularidade da Questão Social na América Latina e no Brasil. Gênese e institucionalização do Serviço Social brasileiro e as influências doutrinária franco-belga e teórico metodológica norte-americana. O pensamento conservador e o Serviço Social Tradicional. A expansão da profissão no processo do desenvolvimentismo no Brasil. As bases da erosão do Serviço Social Tradicional no Brasil.

Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III - FHTM

III: O processo de renovação do Serviço Social brasileiro em tempos de Reconceituação na América Latina. A intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão. A construção do projeto ético-político profissional nos marcos históricos, teóricos e políticos: antirracista, antipatriarcal, anticapitalista.

Ética Profissional: Fundamentos ontológicos da ética. Particularidade brasileira, cotidiano e desvalores. Crítica ontológica ao racismo e ao patriarcado. A ética profissional na trajetória do Serviço Social: do conservadorismo à ruptura. O código de ética profissional de 1993 e a defesa de um projeto emancipatório.

Processos de Trabalho e Serviço Social: O significado social da profissão no processo de produção e reprodução social: a dimensão contraditória. Processos de Trabalho e o Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Espaços sócio-ocupacionais: constituição, metamorfoses, demandas, o trabalho do/a assistente social. Competências e atribuições profissionais nas dimensões anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.

Psicologia Social: Introdução à história e ao campo da Psicologia Social. A pessoa como ser social e dialógico. Fundamentos psicossociais da vida social em uma sociedade capitalista, racista, sexista, patriarcal e heteronormativa. Temas em psicologia social: espaço social e espaço simbólico; linguagem e conhecimento na vida cotidiana; memória social e memórias da cidade; instituições sociais e socialização; identidades, grupos sociais e interseccionalidades; percepções sociais falsas; pertencimento e desenraizamento; conformismo, submissão e rebeldia.

Política Social II: Neoliberalismo, crises econômicas e política social. As políticas sociais, intersetorialidade, o Fundo Público e o financiamento. Políticas setoriais e transversais na realidade brasileira, nas dimensões de classe, raça e gênero e sexualidades.

Supervisão Acadêmica de Estágio I: Conhecimento do espaço socioinstitucional.

Inserção na dinâmica institucional. Apreensão da realidade sócio territorial e das expressões da questão social. Redes de serviços, trabalho e cotidiano profissional. Serviço Social e o racismo institucional.

Supervisão Acadêmica de Estágio II: Aprofundamento técnico operativo. Articulação dos conhecimentos teóricos metodológicos e ético-políticos com os instrumentos e técnicas no exercício profissional, nas dimensões de classe, raça/etnia, gênero e diversidade sexual.

Planejamento Social: Planejamento como processo técnico-político, institucional e participativo. Indicadores sociais, nas dimensões de classe, étnico-racial, gênero e sexo como insumos para os processos de planejamento e avaliação no âmbito das políticas sociais. Debates teóricos metodológicos no campo do monitoramento e da avaliação. Planejamento orçamentário e financeiro.

Classes e Movimentos Sociais: Perspectivas teóricas de classe e movimentos sociais. Lutas sociais, movimentos sociais, organizações sindicais e partidos políticos no Brasil nas dimensões de classe, gênero, raça e etnia. Conjuntura e desafios da organização dos/as/es trabalhadores/as.

Supervisão Acadêmica de Estágio III: O projeto de intervenção profissional. As demandas da população nos serviços sociais e as respostas profissionais, considerando as dimensões de classe, raça/etnia, gênero e diversidade sexual. A sistematização do estágio curricular no processo de formação profissional. Projetos profissionais em disputa.

Serviço Social e o Debate Contemporâneo: Transformações societárias, determinações da questão social no século XXI e impactos sobre a profissão no Brasil. Mudanças no mercado de trabalho e implicações na formação e trabalho profissional. Desafios históricos contemporâneos à consolidação do projeto ético-político. Agenda do debate acadêmico e profissional do Serviço Social brasileiro na sua relação afro-américa-latina e caribenha nas dimensões de classe, étnico-racial, gênero e sexo.

Gestão Social: As relações entre Estado e Sociedade e a dinâmica da gestão social no Brasil. Gestão democrática e participativa como direção das lutas sociais anticapitalista, antipatriarcal e antirracista. Perspectivas e disputas da gestão social na ordem do capital. Intervenção profissional no campo da gestão social.

Gênero, Raça/Etnia: O debate étnico-racial e de gênero na construção da sociedade capitalista. Lutas sociais e políticas de combate às explorações e opressões. O Serviço Social e a luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

Apêndice C- Ementas das disciplinas da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

Formação Econômica, Social e Política do Brasil: Relações de classes, racistas e patriarcais na formação da sociedade brasileira. O escravismo contra a população negra e indígena e sua relação com o desenvolvimento desigual e combinado do capital. A particularidade do Estado brasileiro nas relações capitalistas de produção e a organização da classe trabalhadora.

Patriarcado e racismo no Brasil: Debate teórico sobre gênero, patriarcado e relações sociais de sexo; Racismo estrutural; Imbricação das relações patriarcais, étnico-raciais e de classe na formação brasileira; divisão sexual e racial do trabalho e suas interfaces com a desigualdade social.

Apêndice D - Ementas das disciplinas da Universidade Federal de Tocantins (UFT)

Formação Social, Econômica e Política do Brasil: Aspectos sócio-históricos da formação do Brasil: escravidão, povo brasileiro, industrialização dependente e neocolonialismo. Particularidades do processo de inserção do Brasil nas relações capitalistas de produção e na divisão internacional do trabalho. Capitalismo dependente, Estado autocrático- burguês e classes sociais no Brasil. Estado, modernização conservadora e sociedade brasileira: patrimonialismo, mandonismo, coronelismo e estratificação social. Autoritarismo, racismo e patriarcado na formação econômico- social brasileira. Particularidades da “transição democrática” brasileira. Comunidades tradicionais, o debate ambiental e a questão indígena no Brasil Contemporâneo.

Antropologia: Antropologia social e cultural. Cultura popular. Identidades e expressões culturais, regionais e multiculturais. Constituição epistemológica e introdutória aos conceitos fundamentais da Antropologia. A relação Natureza- Cultura como fundante do pensamento Ocidental. Etnocentrismo e diversidade sociocultural: as relações étnicas, raciais e culturais a partir da perspectiva dos direitos humanos. O Brasil em contexto: a diversidade sociocultural brasileira; diversidade étnica e conflitos no Brasil; relações interétnicas e populações tradicionais da Amazônia.

Questão Social e Serviço Social: O significado da questão social a partir da constituição das classes sociais. A questão social na particularidade da sociedade brasileira, e sua mais variadas expressões, e suas repercussões na vida das populações periféricas, pobres e não brancas.

Serviço Social, Direito e Legislação Social: Estado, direitos e esfera pública no capitalismo. Direito Constitucional e administração pública: noções básicas de organização e princípios. Direitos humanos: civis, políticos e sociais. Direito de famílias. A Constituição Federal de 1988 e a Seguridade Social: diretrizes, avanços e limites. As legislações sociais no trabalho do assistente social: Consolidação das Leis do Trabalho, Lei Orgânica de Assistência Social, Lei Orgânica da Saúde, Lei Orgânica da Previdência Social, Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso, Estatuto da Igualdade Racial, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Pessoa com Deficiência. Legislações profissionais do Serviço Social.

Realidade Social da Amazônia, Povos e Comunidades Tradicionais: Ações Curriculares de Extensão sobre a realidade social da Amazônia, povos e comunidades tradicionais. Identificação das particularidades da formação histórica, econômica e social da

Amazônia. Particularidades das expressões da “questão social” na Amazônia, gênero, etnia e condições de trabalho. Fortalecimento do protagonismo das comunidades tradicionais locais e regionais para o acesso a direitos e políticas sociais.

Serviço Social e Direitos Humanos: Fundamentos e limites dos direitos humanos no capitalismo. A crítica marxista aos direitos humanos. Trajetória sócio-histórica dos direitos humanos. As concepções contemporâneas de direitos humanos. Lutas sociais e particularidades na construção dos direitos humanos no Brasil. Direitos humanos e diversidades: gênero, “raça”, etnia e sexualidades. A defesa dos direitos humanos como princípio ético do Serviço Social. Direitos humanos e projeto éticopolítico do Serviço Social: a agenda de lutas da categoria profissional.

Seminários de Serviço Social e Relações de Gênero: Debate e polêmicas entre as relações de exploração e opressão de gênero, raça/ etnia, sexualidade e classe social. Conservadorismo, Patriarcado e violências contra as mulheres, negros/ as e LGBTI + nos espaços públicos e privados. A particularidade dos movimentos e lutas sociais na América Latina articulados em torno dos direitos sexuais e direitos reprodutivos no capitalismo dependente. O movimento feminista negro e o latino-americano. As políticas sociais de enfrentamento às desigualdades de gênero e sexualidade no âmbito do Estado Brasileiro. A questão social e as mediações de gênero, raça/ etnia e sexualidade no exercício profissional dos/as assistentes sociais.

Seminário de Relações Étnico-Raciais no Brasil: Raça/ etnia, racismo e capitalismo na formação social brasileira. A questão racial sob diferentes perspectivas teóricas. Escravidão e genocídio dos povos originários. Divisão sexual e racial do trabalho e reprodução social no sistema capitalista dependente, patriarcal e racista. Estado, raça/etnia e racismo institucional no Brasil. A organização política da população negra e indígena. Estado, Políticas Sociais e Ações Afirmativas.

Apêndice E - Ementas das disciplinas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade: Apresentar os principais fundamentos no campo dos estudos de gênero, sexualidade e raça/etnia, a partir do debate nas Ciências Sociais e Humanas, em geral e, particularmente, no Serviço Social. Problematicar a interface desse debate contemporâneo com as lutas organizadas pelos sujeitos e movimentos sociais na garantia de políticas e direitos, como expressão das relações sociais de exploração/opressão/dominação no contexto do Estado capitalista. Elucidar as respostas do Estado brasileiro para essas expressões da questão social, a partir da esfera da gestão pública das políticas sociais para os respectivos sujeitos sociais (mulheres, LGBTQIA+ e população negra). Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: raça/etnia, gênero e sexualidade.